

Cresce pressão pelo fim do voto secreto no Congresso

■ Após absolvição de Renan Calheiros em votação secreta, aumenta pressão no Congresso pelo fim do dispositivo. Na CCJ, Tasso Jereissati é o relator da proposta que acaba com o voto secreto em todas as deliberações

■ O presidente do Senado foi absolvido no Plenário por 40 votos a favor, 35 contra e seis abstenções. Houve tumulto antes da sessão. Deputados entraram por força de uma ordem judicial do Supremo

■ Processo contra Renan, envolvendo a Schincariol, deverá ter relatório apresentado por João Pedro nesta semana. Há ainda duas denúncias contra o senador: uma já no conselho e outra aguardando decisão da Mesa

PÁGINAS 3 A 6



Painel do Plenário registra a presença de todos os 81 senadores na sessão secreta que decidiu pela absolvição do presidente da Casa, Renan Calheiros

e mais...

AGENDA

Página 2

AMBIENTE LEGAL

FOTO DA SEMANA

FRASES

VOZ DO LEITOR

Página 13

Confirmação de decisões do STF deve ser agilizada

Decisões de inconstitucionalidade emitidas pelo Supremo em relação a casos concretos só tiram a validade da lei em questão depois de passarem pelo Senado. Os parlamentares querem agora agilizar esse processo.

PÁGINA 7



JANE ARAÚJO

Marco Maciel, presidente da CCJ, quer zerar as decisões do STF paradas na comissão

Polêmica à vista com a proposta do governo para previdência de servidor

PÁGINA 8

"Obstrução seletiva" de opositores pode emperrar votações em Plenário

PÁGINA 2

cidadania

Constituição prevê auxílio para idoso e deficiente

O benefício de prestação continuada (BPC) atende à determinação da Constituição de que o Estado assista à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de se sustentar por conta própria. Veja nesta edição as regras para requerer o benefício.

PÁGINA 16

CASO RENAN Mudança para voto aberto em casos de perda de mandato será discutida por comissões do Senado

Três PECs pregam adoção do sufrágio aberto

Tramitam no Senado atualmente pelo menos quatro proposições com o objetivo de alterar as regras para a votação secreta no Congresso Nacional. Embora existam diferenças entre as três propostas de emenda à Constituição (PECs) e o projeto de resolução (PRS) que tratam do assunto, seus autores são unânimes em defender o fim do voto secreto nas decisões sobre perda de mandato de parlamentar sob o argumento de que a votação aberta dá maior transparência às sessões, no sentido de permitir ao eleitor saber como votou o parlamentar que elegeram. O voto secreto é previsto no § 2º do artigo 55 da Constituição.

A PEC 38/04, do então senador e hoje governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral, é a que tem tramitação mais adiantada. Já aprovada na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) na forma de substitutivo de autoria do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE), a proposição aguarda inclusão na ordem do dia do Plenário. O projeto original acabava com o voto secreto no Congresso ao estabelecer o voto aberto não apenas nos casos de perda de mandato, mas também nos de aprovação

ou exoneração de autoridades e na apreciação de vetos presidenciais a projetos de lei.

O relator na CCJ, no entanto, propôs que as votações permanecessem secretas em relação à análise de vetos presidenciais, pois destacou que a medida visa proteger o parlamentar de eventuais pressões e até de perseguições políticas por parte do Poder Executivo.

O senador Paulo Paim (PT-RS), ao justificar a PEC 50/06, que também altera a Constituição em diversos pontos para acabar com o voto secreto do parlamentar, lembra que já não se vive um momento histórico em que se faz necessário

Proposta visa mudar regimento e acabar com sessão secreta

ocultar o voto para evitar represálias de um governo ditatorial, como ocorria antes da atual Constituição.

As duas outras propostas são mais recentes. O PRS 55/07, do senador Delcídio Amaral (PT-MS), apresentado no último dia 11, propõe mudança no Regimento Interno do Senado para permitir que sessões de julgamento de perda de mandato sejam abertas. O regimento exige hoje que toda sessão seja secreta nesses casos, o que não ocorre com a Câmara dos Deputados, como observou Delcídio Amaral.



Paim (foto à esq.) sugeriu à CDH audiência para debater o voto secreto, objeto de propostas de emenda constitucional

Fim do voto secreto volta à pauta política

Assunto que dominou os debates nos dias posteriores à sessão secreta que absolveu o senador Renan Calheiros da acusação de quebra de decoro parlamentar (veja a cobertura do caso nas páginas 4, 5 e 6), a discussão sobre a necessidade da adoção do voto aberto em caso de perda de mandato de senador ou deputado será tema de audiência na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH).

Requerimento do presidente do colegiado, senador Paulo Paim (PT-RS), também inclui a análise dos demais casos em que é exigida a votação secreta. Paim, no entanto, fez questão de afirmar que a iniciativa não se deveu à situação específica de Renan, destacando que há 21 anos defende o voto aberto para todas as votações no Congresso.

Na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), informou Paim na última sexta-feira, o presidente do colegiado, Marco Maciel (DEM-PE), designou Tasso Jereissati (PSDB-CE) como relator da proposta de emenda à Constituição (PEC 50/06) que acaba com o voto secreto em todas as deliberações do Congresso, de iniciativa do senador gaúcho.

Paim disse ainda que Marco Maciel "mostrou-se disposto" a acelerar a tramitação da proposta no colegiado. Da mesma forma, informou o parlamentar, Tasso Jereissati demonstrou interesse em começar a conversar com os senadores a partir da próxima semana para agilizar a votação da proposta.

- Fiquei satisfeito com a seriedade do senador Tasso Jereissati em relação à questão pública - ressaltou Paim, ao afirmar estar

confiante na apresentação de um relatório eficiente.

Ele disse que pretende aprovar ainda este ano a PEC, que inclui voto aberto em casos de perda de mandato, escolha de membros das Mesas do Senado e da Câmara dos Deputados, veto presidencial e escolha de ministros de tribunais superiores, entre outras hipóteses.

- A minha proposta, caso venha a ser aprovada, tem por meta buscar a transparência total do Legislativo - frisou o parlamentar, para depois admitir que aceita algumas alterações na PEC, como manutenção do voto secreto para deliberar sobre decretação de guerra e estado de sítio.

Na avaliação de Paulo Paim, voto secreto é uma instituição que lembra a repressão, na qual os parlamentares precisam ser protegidos.

Veja os projetos que abrem o voto

Proposta	Autor	O que diz	Onde está
PEC 38/04	Ex-senador Sérgio Cabral	Acaba com o voto secreto em todos os casos, mas relatório da CCJ abre exceção no caso de veto presidencial	Aprovada na CCJ, aguarda inclusão na ordem do dia
PEC 50/06	Paulo Paim	Acaba com o voto secreto em todos os casos	Na CCJ, ainda sem relator indicado
PEC 86/07	Alvaro Dias	Acaba com o voto secreto para casos de cassação de mandato	Protocolado dia 11 de setembro, ainda passará pelas comissões
PRS 55/07	Delcídio Amaral e Eduardo Suplicy	Retira do Regimento Interno a exigência de sessão secreta para casos de cassação de mandato	Protocolado dia 11 de setembro, ainda passará pelas comissões

Deputados relançam frente parlamentar na terça-feira

Depois de o Plenário ter mantido o mandato do senador Renan Calheiros, em sessão secreta, deputados de vários partidos anunciaram que vão relançar a Frente Parlamentar em Favor do Voto Aberto, nesta terça-feira, às 17h, no plenário 4 da Câmara.

A Frente pelo Voto Aberto chegou a ter 216 integrantes, mas deixou de funcionar com o fim da legislatura passada. A Câmara acolheu há um ano, em primeiro turno, a Proposta de Emenda à Constituição 349/01, que acaba com o voto secreto nos legislativos federal, estaduais e municipais. A proposta ainda terá de ser votada

em segundo turno, antes de ir para o Senado.

A deputada Luiza Erundina (PSB-SP) acredita que, se a PEC do Voto Aberto já tivesse sido aprovada, o resultado da votação no Senado teria sido outro. Para ela, a Câmara está devendo à sociedade uma satisfação pela omissão de não ter votado até hoje a PEC em segundo turno.

De acordo com o deputado Chico Alencar (PSOL-RJ), a idéia é atrair para o movimento não somente parlamentares, mas também representantes da sociedade civil, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Maioria também defende reforma no regimento

Senadores de todos os partidos manifestaram-se no fim da semana passada pelo fim de votações e sessões secretas no Congresso, e a conseqüente alteração no Regimento Interno. O vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), foi um dos primeiros a defender essas mudanças, iniciativa apoiada pelos senadores Renato Casagrande (PSB-ES) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

Na opinião de Tião Viana, a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) de permitir a entrada de 13 deputados na sessão do Senado que rejeitou a cassação do mandato do senador Renan Calheiros demonstrou como está ultrapassado o regimento - "um suporte legal obsoleto que incomoda todos nós parlamentares e todo o Brasil e, por isso, deve ser modificado".

Renato Casagrande avalia que a crise dá aos senadores uma oportunidade de resgatar a credibilidade da Casa por meio da aprovação do fim das sessões e votações secretas.

Marisa Serrano afirmou que é preciso trabalhar para modificar o Regimento Interno o mais rápido possível. Ela anunciou que vai propor aos senadores do seu



Viana classifica o Regimento Interno de "suporte que incomoda todos nós"

partido que façam uma obstrução pontual.

- Defendo uma operação padrão, mas somente nos projetos que não interessam ao povo, como a prorrogação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - explicou.

Almeida Lima (PMDB-SE) considera que paralisar os trabalhos do Senado por meio de uma obstrução é "antidemocrático" e que mudar o sistema de votação secreta, "uma hipocrisia".

Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) defendeu uma reforma profunda no regimento, o qual qualificou de antigo, inadequado e obsoleto.

Heráclito Fortes (DEM-PI) afirmou que não defende mais o voto secreto. Ele disse que mudou de opinião após o discurso proferido na quinta-feira pelo senador Pedro Simon (PMDB-RS). Simon protestou contra uma matéria que lançaria suspeitas sobre os votos declarados dos três senadores do Rio Grande do Sul na votação em que foi preservado o mandato de Renan Calheiros.

Em aparte, o senador gaúcho declarou que "ficou muito feio" a enquête que o jornal *Folha de S. Paulo* fez no Senado, em que 45 senadores afirmaram ter votado pela cassação, 40 pela absolvição e 6 se abstiveram.

Gilvam Borges (PMDB-AP) defendeu a adoção do voto aberto em todas as deliberações do Parlamento. Segundo ele, desde o início de sua vida pública sempre fez a defesa aberta e vigorosa de suas convicções políticas.

João Pedro (PT-AM) manifestou apoio à PEC do senador Paulo Paim que estabelece o voto aberto para todas as sessões e votações.

FOTOS: CÉLIO AZEVEDO

CASO RENAN Quase quatro meses após apresentação de denúncia, processo contra presidente da Casa é rejeitado

Plenário absolve Renan por 40 a 35

Depois de quase quatro meses da apresentação, pelo PSOL, de representação contra o senador Renan Calheiros (PMDB-AL) por quebra de decoro, o Plenário rejeitou o projeto de resolução elaborado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que decretava a perda do mandato do senador, resultando na sua absolvição.

A representação foi originalmente protocolada na Corregedoria do Senado no dia 29 de maio. Remetida à Mesa diretora, retornou ao Conselho de Ética, onde o então presidente, senador Sibá Machado (PT-AC), designou o primeiro relator do caso, senador Epitácio Cafeteira (PTB-MA).

No dia 13 de junho, após receber a defesa, porém antes de ouvir testemunhas, Epitácio Cafeteira apresentou relatório que pedia o arquivamento do processo por “absoluta ausência ou indício mínimo de provas”.

Diversos senadores, como Marconi Perillo (PSDB-GO), Demostenes Torres (DEM-GO) e Jefferson Péres (PDT-AM), protestaram e pediram vista da matéria, denunciando o relator pela tentativa de querer arquivar sumariamente o processo. Decidiu-se pela realização de uma perícia, a cargo da Polícia Federal, para apurar denúncias de que seriam irregulares diversas

notas fiscais de venda de gado apresentadas pela defesa de Renan como fonte dos recursos utilizados no pagamento de pensão a uma filha que teve com a jornalista Mônica Veloso.

O conselho ouviu os depoimentos do funcionário da Mendes Júnior Cláudio Gontijo – acusado de ter pago despesas de Renan – e do advogado de Mônica Veloso, Pedro Calmon Mendes. O relator deixou o posto por motivos de saúde e foi substituído por Wellington Salgado (PMDB-MG), que permaneceu menos de 24 horas no cargo.

Em seguida, o próprio presidente do conselho, Sibá Machado, renunciou ao cargo, no dia 29 de junho, o que atrasou ainda mais o processo. Substituiu-o o senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), que, após alguns sobressaltos,

No processo de quatro meses, representação teve cinco relatores

acabou optando por uma relatoria tripla para o caso: Renato Casagrande (PSB-ES), Almeida Lima (PMDB-SE) e Marisa Serrano (PSDB-MS).

O laudo da Polícia Federal entregue no dia 21 de agosto concluiu por “incompatibilidades e inconsistências” entre notas fiscais, saques e depósitos em contas correntes e guias relativas à venda e transporte de gado, entre outros. Renan Calheiros compareceu no dia 23 para dar seus esclarecimentos.

17:28		12 de Setembro de 2007		PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 63, DE 2007									
SIM	35	AC	ES	MA	MS	PR	PM	TO					
NÃO	40	AL	GO	MT	PE	PI	PP	PT					
ABS	06	DF	DF	DF	DF	DF	DF	DF					
TOT	81												

Painel mostra resultado da votação que absolveu Renan: 35 votos pela cassação e 40 contrários

No dia 30 de julho, após intenso debate e contrariando o próprio presidente Quintanilha, a maioria do Conselho de Ética optou pelo voto aberto na análise do relatório Casagrande/Serrano favorável à cassação, ficando prejudicado o relatório de Almeida Lima, que defendia a absolvição.

No dia 5, o conselho aprovou o relatório que recomendou a perda de mandato por quebra de decoro parlamentar. No mesmo dia, a Comissão de Constituição e Justiça avalizou o processo, remetido à Mesa e de lá ao Plenário, onde foi votado na quarta-feira.

Wellington Salgado analisa papel da imprensa no processo

Em discurso na sexta-feira, Wellington Salgado (PMDB-MG) leu entrevista, publicada no *blog* do jornalista Paulo Henrique Amorim, em que o professor Wanderley Guilherme dos Santos afirma que a imprensa no Brasil age como um partido político.

Wellington disse que leu a entrevista na tentativa de

entender melhor o papel da imprensa no processo de julgamento de Renan Calheiros. Para o senador, Renan ganhou a sua “terceira eleição” à Presidência do Senado com o apoio da maioria dos senadores.

– Para o professor, restou à imprensa ter a capacidade de gerar crises e instabilidade política – disse o senador.

Para Viana, decisão desagrada a sociedade

Ao analisar o resultado da votação da perda de mandato de Renan Calheiros, o vice-presidente do Senado, Tião Viana (PT-AC), afirmou que “a vida democrática respeita a decisão da maioria”. Tião Viana presidiu a sessão secreta.

– O senador Renan continua no exercício do seu mandato. Isso deve desagradar muito e deve causar tristeza à sociedade, mas é o preço da democracia – disse.

Para Viana, entretanto, o caso não foi encerrado, e o sofrimento e a agonia da instituição “são grandes e continuarão”. Neste momento, em sua opinião, será

necessária a atuação dos integrantes da Casa, porque é urgente tentar estabelecer o diálogo entre os partidos até a conclusão dos outros processos contra Renan e evitar a paralisação dos trabalhos.

– Vamos ver a reação que a oposição vai ter, pois os partidos têm poder de obstrução muito forte – observou.

O senador explicou que a sessão foi tensa, com momentos de debate intenso, de confrontos e entendimentos, de julgamento moral e político, e até com insinuações sobre a necessidade de responsabilização de ordem penal. Pelo menos 28 senadores fizeram uso

da palavra. Ele assegurou não ter havido interferência do governo na decisão de absolvição.

– Não vi qualquer ação a favor ou contra o senador Renan. Percebi que o governo agiu com isenção e respeitou a decisão majoritária do Senado – ressaltou.

O parlamentar negou ainda que o PT tenha sido decisivo para absolver Renan; afinal, disse, “o partido só tem 12 parlamentares e não poderia ter assegurado maioria”. O que importa, destacou ainda Viana, é que os senadores “debateram com ampla liberdade de pensamento e votaram de acordo com sua consciência”.

José Nery critica discussão do caso em sessão secreta

A decisão sobre a realização de sessão secreta foi um grave erro da Casa, afirmou o senador José Nery (PSOL-PA) em discurso antes que o vice-presidente do Senado, Tião Viana, que presidia os trabalhos, anunciasse que o evento passaria a ser fechado.

Para José Nery, todo o processo de denúncias e representações contra Renan foi feito de forma pública, o que contrasta com o fato de a sessão destinada a decidir sobre sua cassação ser fechada e secreta.

O senador chegou a solicitar a

Tião Viana e às lideranças partidárias um acordo para votar, em regime de urgência, projeto de decreto legislativo apresentado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP) e Delcídio Amaral (PT-MS) estabelecendo sessão aberta para esses casos. Essa decisão, sugeriu José Nery, corrigiria o equívoco cometido pelo Senado.

Tião Viana esclareceu, entretanto, que seria impossível apreciar tal matéria, pois a sessão foi convocada com o único objetivo de votar o projeto de resolução propondo a cassação de Renan.

Almeida Lima considera justa decisão do Plenário

O senador Almeida Lima, um dos relatores do processo contra Renan, considerou justa a decisão do Plenário. Para ele, o Legislativo, a partir de agora, poderá voltar a trabalhar

nas questões importantes para o país.

Almeida Lima aconselhou Renan Calheiros a procurar as lideranças no Senado para estabelecer uma pauta produtiva. Disse ainda esperar que a Casa não passe novamente outros 120 dias envolvida com temas distintos de sua função primordial.

– O presidente foi absolvido, ratificado, não há cometimento de indecoro. Isso legitima Renan no exercício do mandato de presidente.

Marisa diz ter sensação do dever cumprido

Marisa Serrano disse estar com a sensação do dever cumprido, mesmo tendo sido derrotado no Plenário o parecer de sua co-autoria pedindo a cassação. Ela declarou ter

feito “um trabalho sério” e o que sua consciência mandou.

A senadora destacou não ser uma juíza, mas que o julgamento pelo Plenário é um processo político, e não criminal. Disse que julgou de acordo com sua consciência política e reafirmou a convicção de que o decoro foi quebrado por Renan, uma vez que não ficou comprovada a procedência do dinheiro usado para pagar pensão à filha que tem com a jornalista Mônica Veloso.

Para Casagrande, Senado sai muito enfraquecido

Um dos autores do parecer favorável à perda do mandato, o senador Renato Casagrande lamentou a decisão do Plenário.

– É uma pena. Temos que reconhecer que o Plenário

é soberano, mas, ao que parece, é uma soberania arrogante, que não considera a vontade da população – observou.

Para o parlamentar do Espírito Santo, o relatório é um documento “técnico, bem embasado”, e que reflete essa vontade popular.

Renato Casagrande e Marisa Serrano afirmaram que Renan Calheiros expôs o Senado perante a opinião pública ao se valer do funcionário de uma empreiteira com acesso a verbas públicas para pagar pensão à filha com a jornalista.



MOREIRA MARIZ



JANE ARAÚJO



MOREIRA MARIZ

CASO RENAN Denúncias apontam ajuda a Schincariol, compra de emissoras de rádio e desvio de recursos públicos

Três acusações ainda serão analisadas

Absolvido no processo em que era acusado de ter dívidas pessoais pagas por funcionário de uma empreiteira, o presidente do Senado, Renan Calheiros, deixou o Plenário recebendo abraços de parlamentares e servidores de seu gabinete. Mas a crise que se iniciou há quatro meses ainda não está no fim: ele responde a mais dois processos por quebra de decoro parlamentar.

Um deles investiga, a partir de representação do PSOL, denúncia de que o senador teria ajudado a cervejaria Schincariol a obter vantagens. O outro processo, iniciado a pedido do DEM e do PSDB, apura a acusação de que Renan teria recorrido a “laranjas” na compra de duas emissoras de rádio e um jornal em Alagoas, em parceria com o usineiro João Lyra.

Segundo a revista *Veja*, Renan teria intercedido a favor da Schincariol no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), para impedir a execução de dívidas da cervejaria, e na Receita Federal, que havia multado a empresa por sonegação. Em troca, a Schincariol teria pago R\$ 27 milhões por uma fábrica de refrigerantes de um irmão de Renan, o deputado Olavo Calheiros (PMDB-AL). Na reportagem, *Veja* afirma que a fábrica estava prestes a fechar e não valia mais do que R\$ 10 milhões. O relator desse processo no Conselho de Ética é o senador João Pedro (PT-AM) – veja



Renan deixa o Plenário, vencedor na primeira representação. Três outras denúncias ainda deverão ser examinadas pelo Senado

materia nesta página.

Existe uma quarta representação

Na outra denúncia, transformada em processo, a mesma revista menciona que Renan adquiriu veículos de comunicação por meio de “laranjas” – portanto, a operação não teria sido informada à Receita Federal. Embora o presidente do Conselho de Ética, senador Leomar Quintanilha (PMDB-TO), ainda não tenha escolhido o relator para esse processo, o corregedor do Senado, Romeu Tuma (DEM-SP), fez uma viagem a Alagoas para ouvir Lyra,

que confirmou as denúncias.

Uma quarta representação contra Renan foi protocolada pelo PSOL duas semanas atrás e aguarda decisão da Mesa sobre seu encaminhamento ao Conselho de Ética. Conforme denúncias publicadas pelas revistas *Veja* e *Época*, o presidente do Senado e o lobista Luiz Carlos Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos de ministérios controlados pelo PMDB. O esquema foi denunciado pelo advogado Bruno Lins, que foi casado com Flávia Garcia Coelho, filha de Luiz Carlos e funcionária do gabinete de Renan.

Agripino cobra indicação do relator para terceiro caso

Na avaliação do líder do DEM no Senado, José Agripino (RN), o Democratas fez a sua parte na sessão secreta que votou a perda de mandato de Renan Calheiros. Insatisfeito com o resultado da votação, que garantiu a absolvição, Agripino adiantou que irá cobrar do presidente do Conselho de Ética, Leomar Quintanilha, a designação do relator da representação em que Renan é acusado de comprar emissoras de rádio em Alagoas em nome de terceiros.

– Há um depoimento importante a ser colhido de imediato, que é do [ex-deputado] João Lyra, disposto, inclusive, a fazer uma acareação – assinalou.

Em entrevista à TV Senado, Quintanilha disse esperar que o relator não peça investigação externa, motivo que ele considerou decisivo para a demora no exame da primeira representação. No caso, o conselho pediu perícia da Polícia Federal nos documentos de defesa apresentados.

Em relação à retomada do processo de votações, o líder democrata observou que o

Senado precisará mostrar ao Brasil que “o incômodo que está vivendo” não irá implicar o bloqueio da votação de matérias importantes.

– É preciso fazer a compatibilização entre o interesse coletivo e a demonstração do incômodo daqueles que votaram pela cassação, daqueles que estão incomodados com a postura de Renan Calheiros. A forma de mostrar isso ao Brasil é dosando o processo de votação – ressaltou o parlamentar.



Agripino: insatisfação dos que queriam a cassação de Renan afetará ritmo das votações

João Pedro entrega relatório sobre Schincariol na terça

O senador João Pedro (PT-AM) disse na sexta-feira que apresentará ao Conselho de Ética, no início desta semana, seu relatório sobre o processo movido a partir de representação do PSOL contra o presidente do Senado, Renan Calheiros, por suposto tráfico de influência em favor da cervejaria Schincariol.

João Pedro disse que não quer vincular seu relatório à primeira representação, que já está encerrada, apesar de saber que politicamente elas estão coladas uma à outra. Essa é a segunda representação contra Renan a ser

analisada pelo conselho.

Ele criticou o jornalista Alexandre Garcia, da TV Globo, observando que, no noticiário de sexta-feira, o jornalista disse que não é para esperar muita coisa do relatório do parlamentar. João Pedro registrou ainda o fato de Alexandre Garcia ter afirmado que ele teria votado em defesa de Renan Calheiros na sessão plenária que preservou o mandato do presidente do Senado.

O Conselho de Ética pode se reunir entre terça e quinta-feira para analisar o processo. O presidente do colegiado, Leomar



João Pedro, relator do caso sobre a cervejaria: relatório deve ser entregue nesta terça

Quintanilha (PMDB-TO), disse que marcará a reunião assim que receber o parecer de João Pedro.

Tião Viana depende de Renan para convocar Mesa

O vice-presidente do Senado, Tião Viana, afirmou que aguarda apenas receber a quarta representação contra o senador Renan Calheiros para convocar reunião da Mesa para decidir se encaminha ou não a nova denúncia ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Cabe a Tião Viana presidir as reuniões da Mesa do Senado quando o assunto a ser deliberado estiver relacionado com as representações que tramitam na Casa contra Renan.

– A deliberação sobre esse assunto depende apenas de o

presidente Renan me enviar a representação – afirmou.

A quarta representação cita reportagens das revistas *Veja* e *Época*, segundo as quais o senador e o lobista Luiz Carlos Garcia Coelho teriam montado um esquema para desviar recursos públicos e pagar propinas a aliados políticos.

Segundo as reportagens, o esquema funcionaria com a ajuda de um grupo de aliados do PMDB, de maneira a beneficiar o banco BMG e demais instituições financeiras interessadas em receber concessão do Instituto Nacional do Seguro Social.

Renan propõe diálogo e nega ressentimentos

O senador Renan Calheiros, em nota à imprensa na noite de quarta-feira, convidou os líderes dos partidos no Senado a dialogarem em torno da retomada dos trabalhos e afirmou que não guarda “mágoa nem ressentimento” em razão do processo propondo a perda do seu mandato.

“O resultado da votação de hoje é uma vitória da democracia, mas é também o momento de refletir sobre as perdas que esse processo político provocou”, diz Renan no documento. Embora tenha mencionado “eventuais injustiças e excessos inerentes ao processo democrático”, o presidente do Senado prega a confiança e o fortalecimento das instituições. Para ele, “esse processo se encerra com a reafirmação do mútuo respeito e da serenidade que sempre caracterizaram a convivência política nesta Casa”.

Jucá: é preciso reiniciar trabalhos

Após a absolvição de Renan na quarta-feira, o líder do governo, senador Romero Jucá (PMDB-RR), defendeu a reconstrução das condições de trabalho na Casa. De acordo com Jucá, apesar de os senadores de todos os partidos terem diante de si esse desafio, Renan desempenhará o papel decisivo na articulação entre as lideranças no Senado.

– Temos que acreditar na política, procurar a convergência e construir alternativas – opinou.

Segundo Jucá, Renan Calheiros, em seu discurso na sessão secreta, já manifestou interesse em reconstruir entendimento e parceria com a oposição para que o Senado Federal volte a aprovar projetos importantes para o país.

Para Jefferson, cargo será só “decorativo”

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) afirmou que, independentemente do resultado do processo por quebra de decoro parlamentar, Renan Calheiros não tem mais condições de comandar o Senado.

– Ele vai ter um cargo meramente decorativo. Não tem condições políticas de comandar esta Casa – frisou.

Jefferson Péres disse acreditar que, caso a votação tivesse sido aberta, os seis senadores que se abstiveram teriam votado pela aprovação do projeto que decretava a perda do mandato de Renan.

O senador mandou um recado à sociedade: que “não desanime diante de um resultado adverso”. O parlamentar ressaltou que o fato de ainda haver dois processos e uma representação contra Renan Calheiros é uma demonstração de que “a crise continua”.

A crise venceu, acredita Virgílio

O líder do PSDB no Senado, Arthur Virgílio (AM), classificou como “infeliz” o resultado da sessão secreta que inocentou Renan Calheiros, desfecho que, para ele, irá manter em crise a instituição.

– O clima é o pior possível. Renan se mantém na Presidência do Senado com os outros processos. A crise venceu.

Arthur Virgílio se disse surpreso com o resultado, uma vez que os seis votos dos que se abstiveram, somados aos 35 favoráveis à perda do mandato, somariam os 41 necessários para o que ele chamou de “regeneração da imagem do Senado”.

– Respeito mais os 40 que votaram contra a cassação do que os seis que estupidamente não se manifestaram nem para um lado, nem para o outro. São covardes – observou.

CASO RENAN Liminar garantiu presença de 13 deputados no Plenário. Para STF, Senado “extrapolou” a Constituição

Deputados brigam com seguranças antes da sessão

Um tumulto envolvendo deputados federais e agentes da Polícia do Senado, na porta do Plenário, foi registrado pouco antes do início da sessão extraordinária que votou o pedido de cassação do senador Renan Calheiros. Os deputados pretendiam acompanhar a sessão secreta, já que liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski, do Supremo Tribunal Federal (STF), havia autorizado a presença deles no Plenário. Como a entrada foi inicialmente negada, uma confusão se formou e houve troca de empurrões, gritos e até socos.

Integrantes da Polícia do Senado fecharam a passagem dos deputados, que vinham seguidos por um grande número de jornalistas. O deputado Raul Jungmann (PPS-PE) reagiu ao bloqueio e acabou trocando empurrões com um dos seguranças, que deixou cair no chão um equipamento semelhante a uma pistola, denominado *taser* – que emite descargas elétricas para imobilização –, usado pelos seguranças do Senado.

O deputado Fernando Gabeira (PV-RJ) saiu em defesa do colega e, ao tentar dar um soco no segurança, acabou atingindo o senador Tião Viana (PT-AC).

Vice-presidente do Senado, Viana aceitou a agressão como involuntária e justificou a ação dos seguranças como uma tentativa de organização da entrada.

– Ele [Gabeira] já me deu um beijo e pediu desculpas – disse Viana.

Jungmann informou que requisitaria as fitas do circuito interno de segurança para apurar os responsáveis.

– Isso não vai ficar assim. Nunca na história isso aconteceu – protestou Jungmann, que lamentou também o fato de a deputada Luciana Genro (PSOL-RS) ter se ferido na perna durante o empurrão.

Para o senador Jayme Campos (DEM-MT), se as equipes de segurança do Senado tentaram barrar a entrada dos deputados, deviam estar cumprindo orientação da Mesa da Casa e, portanto, não poderiam ser punidas.

Os seguranças teriam negado acesso ao Plenário porque não foram informados da concessão da liminar – concedida pelo STF na madrugada de quarta-feira – permitindo que 13 deputados, de sete

partidos, pudessem presenciar a sessão.

“Não vejo como dar guarida à proibição da presença dos deputados na sessão deliberativa em que se discutirá a perda do mandato do presidente do colegiado maior do qual fazem parte”, justificou Lewandowski.

Em seguida, um mandado de segurança foi impetrado pela Advocacia Geral do Senado, em nome da Mesa, com o intuito de derrubar essa liminar. O ministro Lewandowski decidiu, então, submeter sua decisão ao referendo de todos os ministros da Corte, que mantiveram a autorização por 7 votos a 4.

O ministro do STF Marco Aurélio Mello afirmou que o Senado “extrapolou” o previsto na Constituição (votação secreta em casos de pedido de cassação de mandato) ao incluir em seu Regimento Interno que também a sessão deve ser secreta.

Segurança deixou cair equipamento e gerou ainda mais confusão

Malta classifica a liminar de “intromissão” do Supremo

O senador Magno Malta (PR-ES) classificou como “uma intromissão” a decisão do ministro Ricardo Lewandowski (STF) de conceder a liminar que permitiu a 13 deputados federais acompanharem a sessão secreta que discutiu a cassação de Renan Calheiros.

– Entendo que a decisão do STF não causa saúde e nem bem-estar para o bom relacionamento entre os três Poderes da República – afirmou, da tribuna, Magno Malta.

O senador disse, no entanto, que se a liminar foi concedida, “é preciso cumpri-la”. Malta, que é o 4º secretário da Mesa, também condenou o empurrão e o bate-boca na entrada do Plenário envolvendo deputados federais e seguranças do Senado. Ele chegou a classificar o episódio de “danoso para o Senado”, mas afastou qualquer possibilidade de punição dos seguranças, porque, conforme observou, “eles estavam apenas cumprindo ordens”.

Para Agripino, episódio fere a imagem do Congresso

Líder do Democratas, o senador José Agripino (RN) manifestou a indignação “que o país inteiro sentiu” ao assistir ao conflito na porta do Plenário entre deputados federais e agentes da Polícia do Senado. Para o parlamentar, o confronto foi um espetáculo que “diminuirá ainda mais o crédito do povo brasileiro em relação ao Congresso Nacional”.

Agripino destacou que os deputados apenas queriam participar da sessão porque Renan Calheiros, além de dirigir o Senado, também preside o Congresso Nacional.

– Se a sessão fosse aberta, nada disso teria acontecido. Nenhum desconforto entre a Câmara e o Senado teria ocorrido. Nenhuma seqüela ficaria desse episódio – disse o senador.

Agripino declarou que há um projeto em tramitação determinando que os processos de cassação sejam discutidos e votados de forma aberta.

Casagrande atribui incidente a uma “anomalia institucional”

Renato Casagrande (PSB-ES) atribuiu a “uma anomalia institucional” causada pelo Regimento Interno da Casa o tumulto registrado pouco antes da sessão destinada a votar a perda de mandato de senador Renan Calheiros.

Casagrande, um dos relatores no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar que recomendou ao Plenário a cassação do mandato, reconheceu que, pelo Regimento, a sessão teria que ser secreta, mas acha que o ocorrido prova “concretamente” a necessidade de alteração e adequação do Regimento Interno.

O senador destacou ainda que a Câmara dos Deputados já prevê sessão aberta e que por isso considera que aquela Casa está “mais avançada que o Senado”.

– A ação, a violência ali fora, é muito ruim para o Senado. Demonstra a fragilidade e o momento institucional que nós estamos vivenciando e também a necessidade de a gente tentar recuperar a credibilidade e a honra desta Casa – afirmou.

Camata lembra que Tião Viana defendeu sessão pública

Antes de ser tornada secreta a sessão da quarta-feira, o senador Gerson Camata (PMDB-ES), 2º secretário do Senado, elogiou a atuação do 1º vice-presidente, Tião Viana.

Camata contou que, na reunião da Mesa convocada para analisar decisão do STF, Tião Viana defendeu que a sessão fosse aberta para todos os deputados, mas “foi voto vencido”.

Camata também destacou que Tião Viana é o autor da mais antiga proposta de emenda à Constituição (PEC) em tramitação na Casa que torna pública todas as votações.

Tião Viana, informou ainda Camata, foi advertido pela assessoria jurídica do Senado que, caso permitisse a entrada de todos os deputados, poderia provocar a nulidade da sessão. Por isso, foi orientado a cumprir a decisão judicial, permitindo o ingresso apenas dos 13 deputados protegidos pela decisão do STF.

Papaléo apóia segurança e diz que culpa é dos deputados

Papaléo Paes (PSDB-AP) defendeu, em discurso, os agentes da Polícia Legislativa envolvidos no tumulto com os deputados federais, antes da sessão secreta de quarta-feira. Para o senador, os seguranças estavam cumprindo rigorosamente a determinação da Mesa de permitir apenas a entrada no Plenário de senadores e senadoras.

Papaléo responsabilizou pela “bagunça” os próprios deputados – que, segundo ele, teriam tentado forçar a entrada no Plenário – e defendeu processo por quebra de decoro contra os parlamentares envolvidos (Jungmann e Gabeira, no caso).

– Repudio qualquer ação contrária aos seguranças. Temos que apoiá-los porque eles estavam cumprindo ordens. Se alguém tem que ser punido é o presidente da Casa, que deu ordens para serem executadas com todo o rigor. Por isso não aceito qualquer punição contra os seguranças – salientou Papaléo Paes.



JUNHTI NAGAZAWA/STF



J. FREITAS



JOSÉ CRUZ

Liminar de Lewandowski foi mantida pelo STF por 6 votos a 4. Na tentativa de assistir à sessão, Raul Jungmann (foto do centro) troca empurrões com segurança, que deixa cair a *taser*. Depois, já no Plenário, o deputado cobra apuração do caso

LEGISLAÇÃO Relação entre Legislativo e Judiciário integra sistema de controle sobre o aparato legal brasileiro

Senado ajuda a zelar pela Constituição

O controle de constitucionalidade, no Brasil, se dá de duas maneiras: o controle difuso – exercido pelos três Poderes, em qualquer nível de governo (federal, estadual e municipal) – e o concentrado, exclusivo do Supremo Tribunal Federal (STF), em relação às leis que estejam em desacordo com a Constituição federal. No âmbito do controle difuso, o STF, ao apreciar um caso concreto, resolve o conflito e, para fazê-lo, declara a inconstitucionalidade de determinada lei ou ato normativo.

– Nessa hipótese – e somente nela – é que incide a regra do art. 52, inciso X, da Constituição federal, onde o Senado, ao receber a comunicação formal do STF, expede ato que tem o condão de retirar a lei do mundo jurídico. Nas outras duas hipóteses – na ação direta de inconstitucionalidade [ADI] ou na ação declaratória de constitucionalidade [ADC] –, a decisão do Supremo tem eficácia *erga omnes* [em latim, contra todos] e tem efeito vinculante, sem a necessidade de intervenção do Senado no processo – explica o ex-juiz e advogado Irineu Oliveira, que comanda em Brasília um escritório especializado em ações junto a tribunais superiores e à Justiça Federal.

Uma pronta resposta dos senadores às comunicações do STF é considerada crucial pelo novo presidente da Comissão

de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Marco Maciel (DEM-PE). Ao assumir o cargo em agosto, após a morte de Antonio Carlos Magalhães, Maciel alertou que, enquanto o Senado não se posiciona, a decisão do STF só vale para as partes diretamente envolvidas no processo.

Segundo levantamento da CCJ, há no Senado 71 ofícios pendentes comunicando esse tipo de decisão do STF. O mais antigo é de 18 de junho de 1996. Entre os ofícios existentes, 29

Decisão do STF sobre casos concretos passa pelo crivo dos senadores

aguardam parecer dos relatores para entrarem na fila de votação. Desde 8 de agosto, quando Maciel assumiu a presidência da comissão, a CCJ já deliberou sobre dez ofícios do tipo. A meta do novo presidente é “zerar o passivo” e buscar fórmulas que permitam à CCJ alcançar “uma maior eficácia no controle da constitucionalidade”. Significa dizer que o senador não pretende ver os ofícios do STF esperando meses, às vezes anos, para serem apreciados.

Nas últimas votações do gênero, a CCJ tanto tem referendado quanto indeferido decisões do STF pela inconstitucionalidade de dispositivos legais. As matérias tratam dos mais variados assuntos (veja o quadro abaixo), como questionamentos sobre cobranças de impostos, itens de convênios ou, ainda, normas baixadas por órgãos públicos.



À frente da CCJ, Maciel quer apreciar todos os processos pendentes sobre decisões do Supremo



Diferenças entre duas ações "irmãs"

A diferença entre uma ação direta de inconstitucionalidade (ADI) e uma ação declaratória de constitucionalidade (ADC) é sutil, mas de importância significativa na análise das leis em geral frente à Constituição, conforme reconhecem os próprios ministros do Supremo Tribunal Federal.

– [As duas ações] são irmãs, cujo alcance é chegar-se à conclusão quer sobre o vício, quer sobre a harmonia do texto em questão com a Carta da República [Constituição]. O que as difere é o pedido formulado. Na ADI, requer-se o reconhecimento do conflito do ato atacado com a Constituição federal, enquanto na ADC busca-se ver proclamada a harmonia. A nomenclatura de cada uma das ações evidencia tal diferença – ensinou o ministro Marco Aurélio,

É restrito a apenas 9 o grupo de pessoas que podem ingressar com uma ADI

em seu voto durante julgamento de ação em dezembro de 2004.

A abrangência de cada uma também é definida pelos ministros. Se o objetivo é questionar decisões ou normas produzidas pelo poder público a partir da interpretação ou aplicação das leis em geral, o caminho é a ADC.

– A ADI é vocacionada, exclusivamente, para o controle abstrato de constitucionalidade das leis. É incabível quando destinada a examinar atos normativos de natureza secundária que não regulem diretamente dispositivos constitucionais, mas sim normas legais – explicou o ex-ministro Maurício Corrêa, em voto proferido em 1996.

Outro integrante do Supremo, o ministro Celso de Mello, destaca que não cabe em uma ADI o debate de casos específicos.

– Não se discutem situações individuais no âmbito do controle abstrato de normas, precisamente em face do caráter objetivo de que se reveste o processo de fiscalização concentrada de constitucionalidade – disse o ministro, em seu voto, durante sessão no mesmo ano.

Por isso, é restrito a apenas nove o grupo de pessoas ou entidades autorizadas, pela Constituição, a ingressar com uma ADI, enquanto qualquer pessoa que disponha de interesse legítimo pode apresentar uma ADC. Na primeira, podem agir como sujeitos o presidente da República, as Mesas do Senado, da Câmara e das Assembléias Legislativas, governadores de estado, o procurador-geral da República, partido político com representação no Congresso, confederação sindical de âmbito nacional ou o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Impostos, concursos, eleições...

Leis ou partes de leis consideradas inconstitucionais em casos concretos podem ter seus resultados estendidos para o restante dos cidadãos e/ou empresas de estados e municípios. Mas é preciso que o Senado se pronuncie

Temas econômicos

- ✓ Amortização e parcelamento de dívidas com o INSS
- ✓ Cálculo do IPTU
- ✓ Cobrança de IPVA para aeronaves (estado de São Paulo)
- ✓ Cobrança de taxa de conservação e manutenção das vias públicas
- ✓ Delegação ao ministro de Estado da Fazenda para extinguir estímulos fiscais
- ✓ Imposto sobre vendas a varejo de combustíveis líquidos e gasosos
- ✓ Incidência do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) em saques de caderneta de poupança
- ✓ Isenção ou redução fiscal para importação e/ou exportação
- ✓ Reajuste salarial de servidores públicos
- ✓ Taxa de conservação e serviços de estradas municipais com base de cálculo próprio de imposto
- ✓ Utilização dos recursos do ICMS

Temas administrativos

- ✓ Assegura a concursado o provimento no cargo no prazo máximo de 180 dias, contando da homologação do resultado (estado do Rio de Janeiro)
- ✓ Desvinculação do estado de São Paulo do Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Pasep)
- ✓ Gratificação de férias aos membros do Ministério Público
- ✓ Gratificação de férias para magistrados

Temas políticos

- ✓ Assegura aos prejudicados pelos atos institucionais durante a ditadura militar o restabelecimento de todas as vantagens e direitos de que foram privados (estado do Paraná)
- ✓ Direito de denúncia sobre irregularidades ou ilegalidades de qualquer cidadão, partido político, associação ou sindicato
- ✓ Mudanças em 1990 nas leis orgânicas de diversos municípios paulistas, fixando o número de vereadores

Ofícios do Supremo encabeçam pauta da CCJ

Os seis primeiros itens da reunião desta quarta-feira, às 10h, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) são a votação dos ofícios enviados pelo Supremo Tribunal Federal (STF) ao Senado, comunicando decisões tomadas em casos concretos de discussão sobre a constitucionalidade de leis e normas nos estados e municípios.

Dois desses ofícios (44 e 45/05) fazem referência a acórdão da Corte Suprema sobre lei estadual de Santa Catarina que trata do valor da gratificação complementar de vencimento dos servidores públicos, que segundo o texto legal questionado não poderia ser inferior ao salário mínimo. O relator é o senador Pedro Simon (PMDB-RS).

Já o ofício 6/05, relatado pelo senador Edison Lobão (PFL-MA), trata de decisão do STF sobre mudanças realizadas em

leis do município de Maringá (PR), tratando das taxas decorrentes do poder de polícia que seriam cobráveis pelos serviços municipais.

No mês passado, a CCJ retomou a votação de tais comunicados do STF, depois de alerta do presidente do colegiado, senador Marco Maciel (DEM-PE), de que havia cerca de 90 matérias desse tipo pendentes de deliberação. Atualmente, esse número já foi reduzido para 71.

A CCJ vota ainda nesta quarta-feira uma série de matérias, entre as quais o projeto de lei do Senado (PLS 509/03) que determina a estadualização da realização das provas de concursos públicos para cargos federais. De autoria do senador Mão Santa (PMDB-PI), o projeto pode ter decisão terminativa na comissão, ou seja, não necessita ir a votação no Plenário.

Contando com voto favorável

do relator, senador Edison Lobão (DEM-MA), o projeto estabelece, entre outros pontos, que as provas de concursos públicos para provimento de cargos federais se realizem no Distrito Federal e nas capitais dos estados nos quais haja pelo menos 50 inscritos.

Na justificativa, o autor observa que o projeto tem por finalidade garantir a isonomia entre os candidatos, evitando deixar que a origem do candidato atue como fator inibidor da competição.

Outro projeto com decisão terminativa a ser votado na comissão é o PLS 207/07, que permite à União a celebração de convênios com os estados e o Distrito Federal visando à prevenção e à repressão do tráfico e do uso de drogas. Esse projeto é de autoria do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e recebeu voto favorável do relator, senador Romeu Tuma (DEM-SP).

SERVIÇO PÚBLICO Proposta do Executivo prevê criação de um fundo para aposentadorias acima do teto do INSS

Previdência complementar em exame na Câmara

Começou a tramitar na Câmara, na semana passada, o projeto do Executivo que institui o regime de previdência complementar para o servidor público federal titular de cargo efetivo. O texto (PL 1.992/07) fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões, e autoriza a criação de entidade fechada de previdência complementar denominada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

A entidade funcionará nos moldes dos fundos privados e, com os recursos, os servidores poderão receber acima do que o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) paga aos trabalhadores da iniciativa privada. A medida afeta principalmente quem passar em concurso pú-

blico após a criação do fundo (ou seja, após a lei, se aprovada, entrar em vigor). O novo servidor será obrigado a aderir ao Funpresp se quiser receber mais que o teto do INSS, atualmente R\$ 2.894,28 por mês. Quem já está no setor público poderá escolher se migra para o fundo ou se continua a receber pelas regras que valem hoje.

O servidor que participar do fundo pagará uma contribuição de 7,5% sobre o que exceder o teto do INSS. Para cada real destinado pelo funcionário, a União contribuirá com outro real. A contrapartida da União está limitada aos 7,5%, mas o servidor que quiser poderá contribuir com um percentual superior.

A reforma da Previdência, aprovada em 2003, limitou o pagamento das aposentadorias



Manifestação em 2003: limites à parcela de contribuição da União ao fundo podem gerar novos protestos

dos servidores públicos ao teto do INSS, mas a medida não entrou em vigor porque o fundo de previdência complementar, que deveria ter sido criado, só está sendo regulamentado agora.

Na Câmara dos Deputados, o projeto será analisado nas comissões de Trabalho, de Administração e Serviço Público; Seguridade Social; Finanças e Tributação; e de Justiça.

Idéia é que fundação possa recompor equilíbrio

O objetivo básico do projeto de lei apresentado pelo Executivo é implementar o regime de previdência complementar para o servidor público federal, dando seqüência à reforma da Previdência iniciada com a aprovação da Emenda Constitucional 41, de 19 de dezembro de 2003. A idéia é, por meio da chamada Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp), permitir a “recomposição do equilíbrio da previdência pública, garantindo sua solvência no longo prazo, isto é, a existência dos recursos necessários ao pagamento dos benefícios pactuados”, de acordo com o texto de apresentação do projeto, assinado pelos ministros Paulo Bernardo, do Planejamento, Luiz Marinho, da Previdência Social, e Guido Mantega, da Fazenda.

O assessor especial do Ministério do Planejamento, Luiz Antônio Padilha, disse à Agência Estado que inicialmente o fundo terá um impacto fiscal negativo, mas “perfeitamente suportável” pelo governo. Isso porque as receitas originadas das contribuições dos novos servidores cairão, enquanto a despesa, pelos aportes da União ao fundo, aumentarão. A estimativa é que esse impacto fiscal seja de R\$ 100 milhões no primeiro ano, subindo nos seguintes até atingir um pico em 2038. “Mas quando esses servidores [que aderirem ao fundo] começarem a se aposentar, a despesa pública vai cair”, disse. Para a implantação da entidade, o governo fará um aporte inicial de R\$ 50 milhões.

Para cumprir seus objetivos, o projeto define como patrocinadores a União, suas autarquias e suas fundações públicas. Estados e municípios também podem criar fundos semelhantes, podem unir-se em torno de um grupo de estados ou de

municípios ou aderir ao fundo da União.

Como participantes, são enquadrados os servidores públicos titulares de cargo efetivo da União, de autarquias e fundações públicas, inclusive os membros do Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas da União que aderirem ao regime de previdência complementar, “o que reflete a preferência pela criação de um fundo de pensão único para todos os servidores federais estatutários”, segundo o texto. Em decorrência disso, está previsto que a gestão da entidade será compartilhada pelos três Poderes.

O artigo 40 da Constituição, alterado pela Emenda 41, determina que a entidade de previdência complementar dos servidores deve ter “natureza pública”. Segundo

o Executivo, isso não significa que a entidade deve ser estruturada na forma de autarquia ou de fundação com personalidade jurídica de direito público (fundação pública). E sim que ela não deve estar sujeita às mesmas normas aplicáveis à generalidade dos fundos de pensão. Como será patrocinado por entes públicos, o fundo deverá se submeter a limites e controles específicos.

Na verdade, a opção do projeto de lei foi pela constituição de uma fundação com personalidade jurídica de direito privado. Assim, a Funpresp estará sujeita a um regime jurídico similar ao de empresas estatais.

O projeto é uma tentativa importante para reduzir, ao longo do tempo, os gastos públicos com a Previdência dos servidores públicos. Mas não toca no problema da Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, que é muito maior e sem perspectiva de solução sem uma reforma ampla do sistema previdenciário.

Percentual de contribuição é tema polêmico

A Emenda 41 à Constituição, promulgada em 2003, acabou com um dos principais obstáculos à criação de um fundo complementar de aposentadoria para os servidores públicos. Tratava-se do dilema entre criar um sistema de benefício definido, em que é fixada uma remuneração que o servidor irá receber ao se aposentar; ou um sistema de contribuição definida, em que o servidor contribui com um percentual fixo, enquanto o empregador (a União, por exemplo) entra com o mesmo percentual. O benefício do aposentado, no último caso, vai depender de quanto ele contribuir ao longo da vida profissional.

Com a emenda de 2003, o artigo 40 da Constituição passou a especificar que o fundo complementar a ser criado deveria adotar o sistema de contribuição definida. Esse sistema prevaleceu principalmente porque embute menor risco para o Estado. No sistema de benefício definido, se o fundo, por qualquer razão (uma crise no mercado, por exemplo), tivesse perdas financeiras, o governo teria que fazer algum tipo de complementação para que o servidor, ao se aposentar, recebesse o benefício estipulado. No caso da contribuição definida, o risco de uma derrocada no fundo recai sobre o contribuinte – tal como ocorre com quem tem um fundo de previdência privada.

Mas, a despeito de ter sido dirimida a questão referente ao sistema de contribuição, existem

no projeto (PL 1.992/07) outros pontos que podem suscitar disputas e atrasar a aprovação do texto no Congresso, conforme o consultor legislativo do Senado Gilberto Guerzoni.

O primeiro ponto levantado por Guerzoni é que servidores, por exemplo, do Legislativo e do Judiciário podem não concordar em aderir a um fundo que corre o risco de ter grande ingerência do Executivo. O caso é ainda

mais crítico para o Judiciário, porque o projeto prevê a inclusão de juízes, que poderão ter perdas proporcionalmente maiores do que servidores de outros Poderes.

Outro ponto crítico é a gestão privada do sistema, que poderá colocar os grandes bancos administrando os recursos. “Afinal, são esses bancos que têm a estrutura para gerenciar um fundo que certamente será gigantes-

Gestão privada do sistema é um dos pontos críticos do projeto



Gilberto Guerzoni: risco de ingerência do Executivo pode afugentar servidores do Legislativo e do Judiciário

COMISSÕES

CDH discutirá situação de demitidos de empresas públicas

A situação dos trabalhadores de empresas públicas que foram demitidos durante o governo Collor e, posteriormente, anistiados será tema de debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH), conforme requerimento do presidente do colegiado, Paulo Paim (PT-RS), aprovado na quinta-feira.

A idéia de discutir o assunto, explicou Paim, surgiu em encontro que teve com representantes dos anistiados no dia 6 de setembro.

Os funcionários pediram reintegração imediata ao trabalho. Ainda falta decidir os participantes e a data da audiência.

A CDH rejeitou sugestão da Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe), que pretendia ampliar o prazo de vigência da isenção do Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante.

Para o relator, Sibá Machado (PT-AC), a proposta já foi atendida de forma provisória e, em breve, será tratada em norma definitiva. O parlamentar explicou que o assunto foi contemplado pela Medida Provisória 340-B/06, acolhida na Câmara e no Senado, e já encaminhada à sanção do presidente Lula.

Relatório de ciclo sobre educação será apresentado em outubro

Na primeira semana de outubro será apresentado o relatório final do ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Educação (CE) sobre o tema Idéias e Propostas para a Educação Brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação. O anúncio foi feito na terça-feira pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF). Nesse dia, estava prevista a presença do ministro da Educação, Fernando Haddad, que cancelou sua participação na última hora. No dia anterior, também já havia cancelado a presença a ministra-chefe da Casa Civil da Presidência da República, Dilma Rousseff. Foram realizadas 12 audiências com especialistas, autoridades e representantes de empresários e trabalhadores.

– Acho lamentável a ausência do ministro da Educação, mas o ciclo de audiências tem de terminar hoje – disse Cristovam.

Uma das relatoras setoriais, a senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), afirmou sua decepção com a ausência de Haddad e propôs a conclusão dos relatórios no final de setembro, o que seria um “presente à nação”.



Paulo Camargo (E), da TV RBS; Oliveira, representante de produtores do Norte e Nordeste; Zambiasi; Dias, da ABPI; e Guimarães, da Abert

Produtores independentes querem mais espaço na TV

O presidente da Associação Brasileira de Produtores Independentes de Televisão (ABPI-TV), Fernando de Souza Dias, cobrou pelo menos 10% de espaço na programação das emissoras comerciais do país para a produção independente. Segundo ele, as grandes emissoras – as chamadas “cabeças de rede” – atuam de forma muito verticalizada, em “concorrência desleal” com as independentes.

A afirmação foi feita no debate organizado pela Subcomissão

Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social, em conjunto com a Comissão de Educação (CE), para orientar a análise do projeto de lei da Câmara (PLC 59/03) que regulamenta dispositivo constitucional referente à regionalização da programação cultural, artística e jornalística, bem como a participação da produção independente nas emissoras de rádio e televisão.

Pelo projeto, um substitutivo ao texto original da ex-deputada Jandira Feghali, a programação

veiculada nos estados deve ser, no mínimo, 40% oriunda de produção local. Na CE, a elaboração de parecer sobre o projeto caberá a Sérgio Zambiasi (PTB-RS).

Dias, da ABPI, observou que o mercado de audiovisuais é regulamentado nos países mais avançados, com ampla descentralização na produção. Normalmente, as emissoras estrangeiras elaboram editais com os termos do programa que pretendem exibir e selecionam a melhor proposta entre as apresentadas por produtoras

independentes. Sobre suposta falta de qualidade na produção independente nacional, observou que muitas produtoras são vencedoras de grandes premiações internacionais de publicidade e já prestam serviços, em outros tipos de conteúdos, para canais como a BBC, da Inglaterra.

– Existe mercado [no país] para a produção independente, sim. Ele só está estrangulado. Se regulamentar, ele vai florescer como floresceu em todo o mundo – disse ele.

Para representante da Abert, modelo atual é bem-sucedido

O representante da Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (Abert), Evandro Guimarães, disse na Comissão de Educação que não existe por parte das grandes emissoras qualquer resistência em difundir conteúdos das produtoras independentes. Segundo ele, as “cabeças de rede” passaram a atuar com estrutura de reprodução de sinal da programação que produz em rede pela necessidade de reduzir custos.

De acordo com Guimarães, somente uma das emissoras gera hoje 2.400 horas de teledramaturgia por ano, o equivalente a 1.200 longas-metragens, em centro de produção que mobiliza elevados

investimentos e tecnologia. Apesar disso, as televisões comerciais absorveriam mais programas independentes caso houvesse segurança e regularidade de fornecimento.

– O sistema independente é bem-vindo e, felizmente, o Brasil tem multiplicidade de potenciais compradores desses produtores. Não se pode ficar na posição de que as redes de televisão comercial exercem uma vilania contra a produção independente – disse.

Com respeito à regionalização de 40% da produção, Guimarães

pediu cautela na mudança de uma estrutura que considera bem-sucedida, por ele chamada de “sistema federativo”. Esse

Custo explica reprodução de programas nacionais, diz executivo

modelo, frisou, foi responsável pela difusão do “modo de ser brasileiro”, já que os estados reproduzem a programação nacional e também fazem programas locais.

– É a soma das partes que faz o sucesso da televisão brasileira – afirmou.

Participou do debate, ainda, o vice-presidente da Associação de Produtores de Cinema do Norte

e Nordeste, Wolney Oliveira. Ele levou aos senadores reivindicação para que a produção regionalizada envolva de fato os produtores de audiovisuais de cada região. Aproveitou para informar que relatório do Tribunal de Contas da União (TCU) demonstrou que, nos últimos anos, 80% dos incentivos culturais para o cinema foram absorvidos por produtores de São Paulo e do Rio de Janeiro.

Inácio Arruda (PCdoB), que requereu a audiência, garantiu que não houve intenção, por parte da autora Jandira Feghali, de “quebrar o caráter federativo” da televisão brasileira com a regionalização.

Senadores e especialistas pedem recursos para o SUS

O vice-presidente da Associação Paulista de Medicina, Florisval Meinão, disse que o Sistema Único de Saúde (SUS) “faz justiça social”, pois universalizou o atendimento integral à saúde, mas o aumento da demanda por atendimento provocou escassez de recursos, uma vez que o sistema passou a atender a toda população, e não apenas ao cidadão que era segurado pelo antigo Inamps.

Meinão também representou a Associação Médica Brasileira (AMB) em audiência na Subcomissão de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde, no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais (CAS).

Já o secretário de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde, José Carvalho de Noronha, informou que o Poder Executivo

já adotou um plano que irá direcionar recursos adicionais para o setor de saúde e repor valores defasados em todos os serviços, a começar pelo aumento da consulta médica de R\$ 7,55 para R\$ 10.

Noronha afirmou que o SUS é um sistema “gigantesco” e que, a cada ano, são internadas nada menos do que 11,3 milhões de pessoas. Ele reconheceu, no entanto, que ainda há muita coisa a fazer, especialmente na prevenção de doenças.

José Ênio Duarte, do Conselho Nacional de Secretários de Saúde, concordou que o SUS apresenta problemas de gestão



Papaléo (segundo à dir.) preside audiência sobre problemas no SUS

e de falta de recursos e defendeu a imediata regulamentação da Emenda Constitucional 29, objeto de proposta que tramita há mais de quatro anos na Câmara. A emenda obriga estados e municípios a aplicarem 12% dos respectivos orçamentos em

saúde pública.

Papaléo Paes (PSDB-AP), que preside a subcomissão, ressaltou que, tão logo a proposta de regulamentação da Emenda 29 chegue ao Senado, não permitirá qualquer tipo de protelação da votação da matéria.

COMISSÕES

“Situação da Aeronáutica preocupa”

Em depoimento secreto de mais de três horas, o comandante da Aeronáutica, Juniti Saito, apresentou na quinta-feira um quadro “preocupante” da situação da Força, segundo o presidente da Comissão de Relações Exteriores (CRE), Heráclito Fortes (DEM-PI).

Na opinião do senador, não basta que se aumente a dotação para a Aeronáutica no Orçamento da União de 2008. É preciso também, a seu ver, garantir a liberação dos recursos.

– A primeira providência necessária é a de evitar contingenciamentos de recursos para áreas estratégicas, como as Forças Armadas. Somos um país de paz, mas estamos perdendo a corrida para países vizinhos na área da defesa – afirmou Heráclito.

Logo após o início da reunião, Saito comentou os esforços para manter a vigilância do espaço aéreo brasileiro – não apenas sobre

o território do país, como também sobre a plataforma continental. Em seguida, pediu que a reunião se tornasse secreta, para explicar aos senadores o atual quadro da Aeronáutica.

De acordo com o vice-presidente da CRE, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), existe uma perspectiva de se aumentar de R\$ 2 bilhões para R\$ 3 bilhões a dotação para a Aeronáutica em 2008. Mesmo assim, observou, o poder aéreo brasileiro está “muito aquém” do mantido por países vizinhos.

A Venezuela está adquirindo atualmente 60 novos aviões para sua Força Aérea, informou Azeredo, e o Brasil, disse, não deveria permanecer em uma “situação inferior” à do país vizinho.

Esta foi a segunda reunião da CRE para discutir o orçamento para 2008 das três Forças. A situação da Marinha já foi apresentada e na próxima reunião será debatida a previsão para o Exército.

Especialistas apóiam tecnologia de segurança para aeroportos

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) vai propor ao governo a adoção da tecnologia de segurança Engineered Material Arrestor System Areas (Emas), indicada por todos os especialistas que participaram, na quinta-feira, de audiência pública sobre tecnologias de segurança para aeronaves em aeroportos de pista curta. O anúncio foi feito pelo vice-presidente da comissão, Marcelo Crivella (PRB-RJ), que solicitou o debate.

A Emas é uma tecnologia norte-americana já usada em mais de 20 aeroportos em todo o mundo, de acordo com Crivella. Consiste na aplicação de uma área de concreto poroso ao final da pista de pouso e decolagem de aeroportos que não têm espaço suficiente para construir uma área de escape. Quando um avião não consegue parar dentro do limite da pista, passa a tráfegar sobre a Emas, que afunda ao peso da aeronave, fazendo-a

perder velocidade e parar.

De acordo com o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro Alexandre Duarte Santos, a Emas consegue evitar 86% dos acidentes em aeroportos de pistas curtas. A UFRJ estuda a possibilidade de fabricar o produto no Brasil, informou o professor.

O comandante Geraldo Costa de Menezes, da área de segurança de vôo da TAM, e o tenente-coronel Geraldo Curcio Neto, do Comando-Geral de Tecnologia Aeroespacial, também defenderam a instalação da Emas.

Para o diretor técnico do Sindicato das Empresas Aeroaviárias, comandante Ronaldo Jenkins, a adoção da tecnologia é uma “medida preventiva e proativa para evitar danos maiores”. Também participou do debate o vice-presidente do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (Confea), Jaques Sherique.



Heráclito Fortes (D), em reunião da CRE que ouviu Juniti Saito, afirmou ser necessário, além de aumentar as dotações destinadas à Força, assegurar a liberação de recursos para áreas estratégicas

Mantega deve debater prorrogação da CPMF

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, vai ser convidado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para debater a prorrogação e a aplicação dos recursos da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF), de acordo com três requerimentos aprovados pelo colegiado. A data da audiência ainda será definida.

Proposta de emenda à Constituição (PEC) que prorroga a

vigência desse tributo tramita na Câmara e depois será examinada no Senado. Se a prorrogação não for aprovada, a CPMF deixará de existir no fim deste ano.

Um dos requerimentos solicita também a presença dos ministros José Gomes Temporão (Saúde), Luiz Marinho (Previdência) e Patrus Ananias (Desenvolvimento Social e Combate à Fome). Os outros dois requerimentos solicitam, além da participação de Mantega,

a do presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf.

Conforme divulgou a Agência Câmara, comissão especial daquela Casa aprovou na madrugada de sexta-feira a prorrogação da CPMF até 2011, mantendo a alíquota de 0,38%. A expectativa do líder do governo na Câmara, deputado José Múcio Monteiro (PTB-PE), é de que o relatório seja votado em Plenário nesta semana.

Senadores discutem manutenção do tributo com relator na Câmara

O deputado Antonio Palocci (PT-SP), relator na Câmara da proposta de emenda à Constituição que prorroga a CPMF, reuniu-se na semana passada com o líder do governo no Senado, Romero Jucá (PMDB-RR), para discutir o assunto. Também participaram da reunião os senadores Osmar Dias (PDT-PR), Jefferson Péres (PDT-AM), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), Ideli Salvatti (PT-SC), Valdir Raupp (PMDB-RO), Augusto Botelho (PT-AM), João Ribeiro (PR-TO) e Renato Casagrande (PSB-ES).

Segundo informou Jucá, a reunião teve por objetivo a busca de uma proposta “harmônica e integrada, que possa ser votada na Câmara e no Senado”.

– O governo não pode prescindir do recurso da CPMF para o próximo ano – disse o senador.

A CPMF foi criada em 1996, substituindo o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF), e incide sobre a maior parte das operações financeiras realizadas por bancos. Desde março de 2001, a alíquota está fixada em 0,38%.

Isenção de IPI para equipamento de segurança pública

A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou a isenção de Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para compra de aparelhos transmissores e receptores de radiotelefonia e radiotelegrafia, de veículos para patrulhamento e de armas e munições, feitas por órgãos de segurança pública municipais. O texto, de Romero Jucá (PMDB-RR), recebeu voto favorável do relator, Eduardo Suplicy (PT-SP), e foi aprovado por unanimidade.

MERCOSUL

Sociólogo destaca papel do bloco em um novo mundo multipolar

Ao mesmo tempo em que o Parlamento do Mercosul realizava sua quinta sessão, em Montevideu, o sociólogo Immanuel Wallerstein fazia uma conferência em Porto Alegre, com o tema “Impasse e mudança no século 21”. Para Wallerstein, pesquisador da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, o Mercosul deveria reivindicar um “papel mais significativo” em um novo mundo multipolar.

Em entrevista à Agência Senado, o sociólogo – que criou a teoria do sistema-mundo – fala sobre seu novo livro, *O universalismo europeu*, e sobre o que ele chama de “impasse semipermanente” entre o Norte e o Sul.

Como o senhor vê o potencial do Mercosul?

Eu acho que o Mercosul é uma instituição muito importante e

tem a perspectiva de ser muito mais importante. Em um mundo que tende a tornar-se multipolar, o Mercosul pode converter-se em um dos pólos do sistema.

O Mercosul tenta aprofundar um tipo de cooperação Sul-Sul. Como o senhor avalia o estado das relações Norte-Sul ao longo dos últimos anos?

Vamos observar algo muito simples em que o Brasil está bastante envolvido, que são as relações Norte-Sul no quadro da Organização Mundial do Comércio (OMC). Em Cancún, em 2003, o Brasil liderou um grupo chamado G-20, que envolvia Índia, África do Sul e China e que negociava basicamente com os Estados Unidos e com a Europa. Eu interpreto o que o G-20, liderado pelo Brasil, disse: “Olha, o comércio livre pode ser

uma boa idéia, mas uma idéia de mão dupla: se nós abriremos nossas fronteiras das maneiras x, y ou z, vocês devem abrir suas fronteiras das maneiras x, y ou z para nós”. Os Estados Unidos e a Europa disseram que não podiam fazer isso. Eles queriam que os países do G-20 abrissem suas fronteiras, mas disseram que não poderiam abrir suas fronteiras. E o Brasil disse “desculpe, nós não podemos fazer isso também”. Então aconteceu um impasse, que eu acredito ser semipermanente.

O Brasil é acusado de ter interrompido a Rodada de Doha. O que o senhor acha disso?

A Rodada de Doha não está indo a lugar nenhum. A OMC é agora uma estrutura inexpressiva. Nós temos, basicamente, um beco sem saída nas relações entre o Norte e o

Sul. Ambos estão parados em seus territórios, que são relativamente protecionistas. Mas o protecionismo será um grande tema nos próximos dez ou 20 anos.

Em seu último livro, O universalismo europeu, o senhor propõe a criação de um “universalismo verdadeiramente universal”. Poderia definir isso?

O universalismo europeu pretende ser universalista. Mas eu demonstro no livro que ele realmente não é. É uma maneira de justificar a intervenção em favor dos grupos de países mais fortes contra os mais fracos. Existem múltiplos universalismos e nós temos que tentar colocá-los para conversar uns com os outros na medida em que pudermos e, dentro desse diálogo, começar a criar as bases do universalismo universal.

Alguns usam os exemplos da Coreia e da China para dizer que estes países, que estavam na periferia, estão se tornando ricos e fortes. Como isso se encaixa na análise do sistema-mundo?

Dentro da estrutura da economia mundial capitalista, é claro que países podem tornar-se mais ricos. Mas isso acontece quando outros países se tornam mais pobres. É muito importante que o povo brasileiro se lembre que, em 1945, a Argentina possuía a décima economia no ranking mundial. Agora a Argentina tem caído e a Coreia, crescido. Um dos argumentos básicos da análise do sistema-mundo é que os países não estão fixos em suas posições. A idéia de a Coreia ter-se tornado mais forte economicamente é absolutamente verdadeira, mas você tem que perguntar quem ficou mais fraco.

COMISSÕES

Agropecuária contribui para aquecimento global

A modificação da cobertura vegetal do cerrado, que vem sendo substituída pela agropecuária, contribui para o aquecimento global. Mas é possível conciliar desenvolvimento econômico, agricultura e preservação ambiental por meio da regularização ambiental, concluíram os especialistas que participaram de audiência da Comissão Mista Especial de Mudanças Climáticas, na terça-feira, Dia do Cerrado.

A professora de Ecologia da Universidade de Brasília Mercedes Bustamante explicou que a mudança da cobertura vegetal facilita a liberação do carbono presente no solo e aquece o ar, já que não há o resfriamento do ar quente em trocas com a copa alta das árvores. Apesar de o cerrado ser sumidouro de carbono no período chuvoso, se torna fonte durante a seca, mais ainda com os incêndios. Dessa forma, avaliou, é preciso controle e monitoramento do desmatamento e

das queimadas.

Para diminuir os efeitos nocivos, o representante da organização não-governamental The Nature Conservancy, Carlos Klink, ressaltou que a atividade agrícola precisa ser considerada parte do ecossistema para conciliar o uso da terra aos benefícios econômicos gerados a partir disso com a preservação ambiental.

Para exemplificar, citou o caso de Lucas do Rio Verde (MT), primeiro município a se adequar ao Código Florestal, com a determinação de reservas legais. A partir do cadastro e diagnóstico das propriedades rurais, foi possível adequar as áreas de produção às áreas de preservação permanente e reservas indígenas, por exemplo. Com isso, destacou, há redução de custos, cria-se um ambiente de cooperação e abre-se a possibilidade de exportação para mercados como o europeu, que valoriza iniciativas como o selo verde.

Mercadante destaca papel de satélites na agricultura

O monitoramento por satélite é um forte instrumento de planejamento estratégico para a agricultura, com reflexos positivos num dos setores que mais contribuem para o crescimento da economia brasileira, o agronegócio. Esse controle tem por meta acompanhar a dinâmica do setor e oferecer uma visão espacial detalhada das diversas culturas, como as de cana, soja e milho, disse o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), Aloizio Mercadante (PT-SP), em audiência que debateu o uso de satélites na agricultura.

Além das culturas, a agricultura monitorada também permite acompanhar em detalhes o volume de água em açudes e represas, o desmatamento e a vocação agrícola de cada região, afirmou Mercadante.

Evaristo Eduardo de Miranda,

que dirige o Centro Nacional de Pesquisa de Monitoramento por Satélite, localizado em Campinas (SP), organismo pertencente à Embrapa, defendeu maior investimento em pesquisa como forma de crescimento da agricultura, com destaque para a desenvolvida na Amazônia, gerando assim maior controle do desmatamento e maior produtividade.

Evaristo Miranda disse que o centro de monitoramento mostra que a derrubada de árvores na Amazônia é cada vez menor e que nesse mapeamento a Embrapa identificou nada menos do que 25 tipos de florestas dentro da Amazônia, referindo-se à diversidade da flora e da fauna da região.

Kátia Abreu (DEM-TO) pediu também que o governo federal canalize mais recursos para o setor de pesquisas da Embrapa.

Subcomissão avalia entraves à mineração

Degradação ambiental, descumprimento da legislação trabalhista, sonegação fiscal. Esse rol de problemas na área de mineração, notadamente entre as pequenas empresas, foi exposto à Subcomissão de Marcos Regulatórios pelo presidente da Associação dos Municípios Mineradores de Minas Gerais (Amig), Waldir de Oliveira. Para enfrentar essa realidade, ele defendeu ajustes na legislação e uma maior fiscalização do setor, com a participação, inclusive, das prefeituras.

Representante do setor produtivo, Paulo Vargas também levou outras sugestões à implementação do marco regulatório na mineração,

como a implantação das zonas especiais de extração mineral (Zeems), o que traria maior tranquilidade aos investimentos no setor.

Já o diretor-executivo da Associação Nacional das Entidades de Produtores de Agregados para a Construção Civil, Fernando Valverde, afirmou haver uma demanda reprimida de oito toneladas de agregados (areia, brita, concretos usinado e asfáltico) por habitante no país. Para um melhor aproveitamento desse potencial, ele defendeu uma política de planejamento de ações mais eficiente, com vistas à redução do alto custo de transporte e de entraves burocráticos.



João Tenório (C) coordena audiência em que foi defendida produção pela agricultura familiar

FOTOS: J. FREITAS

Programa do biodiesel divide especialistas

O foco do programa brasileiro de biodiesel foi questionado em audiência realizada na quinta-feira pela Subcomissão dos Biocombustíveis. Representando o governo, Rodrigo Rodrigues, coordenador da comissão interministerial responsável pelo Programa Nacional de Produção de Biodiesel, reiterou seu enfoque na inclusão social – ou seja, na agricultura familiar – no que se refere à produção de matérias-primas. Mas um dos representantes do setor privado, Nivaldo Trama, presidente da Associação das

Indústrias de Biodiesel do Brasil, criticou o programa, afirmando que “o foco tem de estar nos grandes investimentos, o que se faz nas grandes corporações”. Segundo ele, essa indústria apenas será viável por meio da produção em grande escala.

Rodrigues declarou que o governo federal decidiu priorizar a agricultura familiar, ao menos inicialmente, porque “esta é o elo mais fraco da cadeia produtiva e não há recursos públicos suficientes para conceder isenções e subsídios para todos”. Ele também destacou que o programa vem privilegiando o

Norte e o Nordeste “por serem as regiões mais atrasadas do país”.

– O governo entende que pode promover, por meio do biodiesel, uma redução das desigualdades regionais – ressaltou.

O presidente da subcomissão, João Tenório (PSDB-AL), também defendeu a concessão de subsídios governamentais para o setor privado até que este “atinja uma massa crítica”.

– Hoje, não defendo isso para o álcool, e fico à vontade para falar disso porque sou do ramo, mas, no caso do biodiesel, o setor ainda é incipiente – afirmou Tenório.

Senadores discutem matéria-prima alternativa

O senador Valter Pereira (PMDB-MS) defendeu o uso do pinhão-mansinho como matéria-prima para a produção nacional de biodiesel. Essa planta, declarou, “poderia ser a cana-de-açúcar do setor de biodiesel” – a cana é a matéria-prima com que se produz o etanol.

Com a semente do pinhão-mansinho, é possível produzir 3 mil litros

de biodiesel por hectare, aproximadamente o dobro da produtividade da mamona e do girassol – que seria, respectivamente, de 1,4 mil e 1,7 mil litros. Já a do caroço de algodão seria de mil litros por hectare e a da soja, de 800 litros.

– Com o dendê se produzem 5 mil litros de biodiesel por hectare, mas, como se sabe, sua produção

está restrita a algumas regiões – disse Valter Pereira, acrescentando que deveria haver mais pesquisas e projeções sobre o pinhão-mansinho.

O pinhão-mansinho existe no Brasil, mas para ser cultivado em escala comercial é necessária a liberação do Ministério da Agricultura – o que implica necessariamente estudos ambientais.



Lúcia Vânia preside reunião: representante do Ministério do Turismo anuncia plano de desenvolvimento para o setor

Programa nacional para o turismo poderá ter U\$ 1 bi

O Ministério do Turismo pretende lançar um programa nacional de desenvolvimento do turismo, a exemplo dos programas regionais hoje existentes. O Prodetur Nacional será um programa plurianual de incentivos às atividades de turismo, a ser negociado com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com uma dotação que poderá ultrapassar US\$ 1 bilhão por ano. O anúncio foi feito pelo diretor do Departamento de Programas Regionais e Desenvolvimento do Turismo do ministério, Frederico da Costa, em debate

realizado na quinta-feira pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR).

Como exemplo de êxito nas iniciativas regionais de fomento, Costa citou o Prodetur/Nordeste, que já está em sua segunda fase, beneficiando 11 estados. Foram US\$ 400 milhões investidos nos últimos dois anos.

A presidente da comissão, Lúcia Vânia (PSDB-GO), prometeu trabalhar pela apresentação de emendas para fortalecer o turismo nos estados e, com isso, desenvolver as regiões mais carentes do Brasil.

CDR: agências de turismo serão tema de debate

O projeto de lei da Câmara (PLC 22/03) que trata das atividades das agências de turismo será debatido em audiência pública da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR), de acordo com proposta do senador Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) aprovada pela comissão.

Valadares sugeriu convidar representantes do Ministério do Turismo; do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor, do Ministério da Justiça; do Fórum de Secretários de Turismo dos Estados; da Confederação Nacional dos Municípios; do Conselho Nacional da Associação Brasileira de Agências de Viagens (Abav), bem como o especialista em turismo Paulo Wiedmann.

A presidente da comissão, senadora Lúcia Vânia, anunciou a realização de uma semana de debates sobre turismo no Senado Federal, que incluirá uma homenagem ao setor, a ser promovida em conjunto com a Câmara dos Deputados. No dia 27, informou ainda Lúcia Vânia, será comemorado o Dia Nacional do Turismo.

PLENÁRIO

Maranhão quer distribuição de remédios regularizada

A regularização da distribuição, pelo governo, de medicamentos de uso contínuo para tratamento de doenças crônicas ou degenerativas foi solicitada por José Maranhão (PMDB-PB).

O senador narrou o caso de um paraibano que teve um bem-sucedido transplante renal, mas corre o risco de morrer porque não consegue acesso aos remédios de que precisa para evitar que seu organismo rejeite o órgão. Ele informou que, em contato com o Ministério da Saúde, soube que os recursos para a compra dos medicamentos desse paciente já haviam sido enviados à Paraíba, mas “não se sabe o uso que o estado fez deles”, disse.

Maranhão disse lamentar também que não seja cumprida, por falta de regulamentação, a

determinação constitucional que obriga governadores e prefeitos a aplicarem em saúde pública 12% da receita corrente líquida.

– É dever do Estado apresentar políticas efetivas para assegurar o direito dos cidadãos à saúde. Os pacientes de doenças incuráveis, como mal de Alzheimer, mal de Parkinson, ou em condições de altíssimo risco, que dependem da assistência farmacêutica, vivem como se sua vida fosse uma loteria. Num mês, o remédio chega; no outro, quando chega, atrasa. A doença, no entanto, não espera.

Segundo Maranhão, o fornecimento desse tipo de medicamento vem sendo seguidamente interrompido na Paraíba e, quando o governo do estado é questionado sobre a falta de remédios, responsabiliza o Ministério da Saúde. Por isso, disse, encami-



Maranhão: vida de quem depende de assistência para ter acesso a medicamentos de uso continuado e de alto custo é uma loteria

nhou ao ministério requerimento pedindo informações detalhadas sobre os repasses à Paraíba, relativas ao fornecimento desses medicamentos nos últimos dois anos. Mas, informou o senador, a resposta recebida não escla-

rece devidamente a situação de financiamento das ações de assistência farmacêutica.

Em aparte, Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) sugeriu a criação de uma CPI para investigar o sistema de saúde brasileiro.

Paim elogia PF e UnB pela investigação de crime racial

O indiciamento de três estudantes da Universidade de Brasília (UnB) por crime de discriminação racial contra estudantes africanos que tiveram seus alojamentos na universidade incendiados em março deste ano foi elogiado por Paulo Paim (PT-RS). O senador informou que o inquérito está sob o comando do delegado da Polícia Federal Francisco Serrazul Neto.

– Queremos que os estudantes infratores respondam, na Justiça, não somente por crime de preconceito racial, mas por xenofobia, por incêndio e, entre outros, por depredação do patrimônio da UnB – assinalou Paim, ao enaltecer também o desempenho da direção da universidade no encaminhamento do processo.

Paulo Paim também destacou o acordo firmado entre o BB Investimentos, os fundos Serpros e Previ e o BNDES que possibilitou a reestruturação das dívidas da Kepler Weber, empresa que já ocupou a liderança no mercado de armazenamento no Brasil e na América Latina.

Mozarildo protesta contra livro de Saulo Ramos

Na opinião de Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), as referências à Amazônia feitas em trechos do livro do jurista, ex-ministro da Justiça no governo José Sarney e ex-consultor-geral da República, Saulo Ramos, intitulado *O código da vida*, são preconceituosas.

Na obra, de acordo com o senador, o autor trata a Amazônia como “uma terra sem lei, perigosa, repleta de grileiros, pistoleiros e ladrões”.

Mozarildo disse que, “mesmo a contragosto”, vai ler todo o livro porque, ao final, estudará medidas jurídicas com o objetivo de fazer uma interpelação judicial contra Saulo Ramos, “em nome dos 25 milhões de pessoas que vivem na Amazônia”.

Universidade Federal de Roraima faz 18 anos

No mesmo discurso, Mozarildo Cavalcanti registrou os 18 anos de criação da Univer-

sidade Federal de Roraima, instituída por meio de projeto de sua autoria, quando ainda era deputado federal. Saudou também o aniversário da Igreja Batista Regular de Boa Vista, em Roraima, a ser comemorado no próximo dia 15.

O senador também pediu ao governo federal que conceda aos servidores públicos do ex-território de Roraima os mesmos direitos e benefícios assegurados aos servidores da União.

Mão Santa afirma que artigo de Paulo Henrique Amorim deprecia o Piauí

O senador Mão Santa (PMDB-PI) criticou artigo do jornalista Paulo Henrique Amorim divulgado no *blog Conversa Afiada*, que, em sua opinião, deprecia o estado do Piauí.

No artigo citado por Mão Santa, o jornalista afirma que “a elite branca (e, no caso da elite de São Paulo, também separatista) não gosta de ninguém da base aliada do presidente Lula e muito menos se for nordestino”, acrescentando: “imagine se Renan

Calheiros fosse do Piauí...”. Ao fazer essas afirmações, disse o senador, o jornalista demonstrou ignorância a respeito do estado.

Mão Santa destacou que o estado do Piauí “é um centro cultural”, e que está localizada no estado a escola secundária considerada a melhor do país.

– Se Renan tivesse nascido no Piauí, teria se inspirado em Petrônio Portela, presidente do Senado por duas vezes – frisou Mão Santa.

HOMENAGENS

Senado presta homenagem à festa do Círio de Nazaré

O Plenário homenageou terça-feira o Círio de Nazaré, tradicional festa religiosa celebrada em Belém. Durante a sessão, foi colocada no Plenário uma imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

A sessão foi aberta pelo presidente do Senado, Renan Calheiros. Compuseram a Mesa, entre outros, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), um dos autores do requerimento de homenagem; o arcebispo de Belém, dom Orani Tempesta; o prefeito da capital paraense, Duciomar Costa; o deputado Nilson Pinto (PSDB-PA), que representou a bancada do estado; e a presidente da Companhia Paraense de Turismo, Ann Pontes.

O Círio de Nazaré, realizado pela primeira vez em 1793, é celebrado sempre no segundo domingo de outubro, quando uma imagem da

Virgem Maria é transportada da Catedral Metropolitana de Belém para a Basílica de Nazaré, em um percurso de 4,5 quilômetros.



Realizada desde 1793, procissão em Belém reúne, anualmente, centenas de milhares de fiéis

“Impressionante manifestação do mundo cristão”

Renan Calheiros (PMDB-AL) – “Pela dimensão que já assumiu e pela tradição bicentenária que representa, não seria exagero dizer que o Círio é, atualmente, uma das principais celebrações populares da fé cristã em todo o mundo”, disse o presidente do Senado.

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) – Segundo afirmou, a festa constitui o maior evento de fé católica do Brasil e a “maior demonstração de fé mariana do mundo”. Explicou que o nome da festa, de origem portuguesa – círio –, vem das grandes velas utilizadas na procissão.

Papaléo Paes (PSDB-AP) – Essa é a “maior e mais impressionante manifestação do mundo cristão”, ressaltou o parlamentar.

Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) – Destacou que, em razão da influência de Belém na região, o

Círio é celebrado hoje em vários estados da Amazônia.

Romeu Tuma (DEM-SP) – “Nossa Senhora nos traz alegria e alívio no coração e na alma na hora mais difícil”, assinalou o parlamentar, lembrando o julgamento, no dia seguinte, de Renan Calheiros.

Marco Maciel (DEM-PE) – Afirmou que, todos os anos, centenas de milhares de pessoas navegam em rios e igarapés até Belém para seguir a imagem de Nossa Senhora de Nazaré.

Mão Santa (PMDB-PI) – Recitou o refrão da música *Nossa Senhora*, de autoria de Roberto Carlos e Erasmo Carlos, para pedir à Virgem Maria orientação para “o dia mais difícil” do Senado, referindo-se à votação, na quarta, do pedido de cassação de Renan.

José Nery (PSOL-PA) – Tam-

bém autor do requerimento de homenagem, observou que a devoção a Nossa Senhora de Nazaré “nasceu da fé inabalável do povo pobre, com tantos sofrimentos a mitigar”.

Mário Couto (PSDB-PA) – “Uma explosão de fé”, assim descreveu o parlamentar, um dos autores da proposta de homenagem, a celebração do Círio de Nazaré, acrescentando que é impossível uma pessoa entender o que a procissão representa se não puder acompanhá-la pessoalmente.

Arthur Virgílio (PSDB-AM) – Recordou o momento de enlevo por ele vivido em meio à transladação e à procissão da imagem da Virgem de Nazaré pelas ruas de Belém. Salientou que a festa de Nossa Senhora do Carmo, no Amazonas, embora menor em tamanho, é “igual à festa do Pará na intensidade da fé e na beleza”.

Voz do Leitor

VEREADORES

“Sou contra o aumento do número de parlamentares nas câmaras de vereadores. Os municípios precisam é de um maior investimento na área da educação.”

Mairla Gama Aguiar, de Pentecostes (CE)

CORRUPÇÃO

“Até quando o povo terá que conviver com tanta impunidade na política? Será que sempre tudo terá que acabar em pizza? Ou será que nós, brasileiros, teremos que ir às ruas e pedir que os políticos corruptos sejam punidos, e que nós, enfim, sejamos respeitados?”

Severino Geraldo Azevedo Moura, de Recife (PE)

CARTEIROS

“Gostaria de ver aprovado o projeto de lei concedendo o adicional de periculosidade à categoria de carteiros, um verdadeiro exército de 51 mil homens e mulheres que todos os dias úteis percorrem as ruas do nosso país, expostos aos perigos que a rua oferece, advindos do tempo, do trânsito e dos animais domésticos. Sem falar nas adversidades do próprio trabalho, pois os carteiros estão sujeitos a carregar, durante horas, um peso que, ao longo do tempo, acarreta inevitáveis danos à saúde. É meu desejo ver esse projeto virar lei e beneficiar com justiça esse grupo de trabalhadores, cujo ofício é irresponsável por grande parcela da comunicação e do progresso do país.”

Francisco Marcos de Lima, de Barbalha (CE)

CIRURGIA DE CATARATA

“Sugiro que o Senado Federal entre com uma representação junto ao governo federal, com o intuito de ampliar o

acesso de milhares de pessoas, pelo Sistema Único de Saúde (SUS), à remoção de cataratas e ao tratamento de outras doenças oculares.”

Dercy de Sousa Alves, de Bom Sucesso (MG)

VOTO SECRETO

“Sou contra o voto secreto nos processos de cassação de mandato, como no caso do senador Renan Calheiros. Se elegemos os parlamentares, também deveríamos ter o direito de conhecer sua atuação, para podermos condená-los ou não na hora de voltar a votar. O povo deveria poder saber de quem foram as seis abstenções, pois são votos de senadores que seus estados não deveriam ter mandado para o Senado. Enquanto as votações continuarem sendo secretas, e o voto de cada senador for escondido do povo, a corrupção nunca vai acabar! É aquela velha história: uma mão lava a outra, e as duas continuam sujas; e quem paga a conta é o assalariado que paga seus impostos.”

Elias Cavalheiro Villar, do Rio de Janeiro (RJ)

SEMI-ÁRIDO

“Gostaria de sugerir ao senador Tasso Jereissati que promova, na Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, seminário tendo o semi-árido nordestino como tema, e convide especialistas para esse evento, com o objetivo de analisar o 3º Relatório 2007 do Painel Intergovernamental do Clima da ONU. É preciso urgentemente encontrar uma solução para diminuir o sofrimento e as necessidades que passam os brasileiros que vivem na região Nordeste, desprezada por governos dos municípios, dos estados e federal.”

José Roberto Rodrigues Maia, de Senhor do Bonfim (BA)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Foto da Semana

As atenções da imprensa - e do país - se voltaram para o Senado na quarta-feira. Dezenas de jornalistas se aglomeraram à entrada do Plenário para aguardar o resultado da votação secreta que decidiria sobre a proposta de cassação do presidente Renan Calheiros. Ao final, ele foi absolvido com 40 votos a favor, 35 contra e seis abstenções



JANE ARAUJO

Ambiente legal

Alerta sobre aquecimento

Se não forem adotadas providências urgentes, as mudanças climáticas podem ter implicações mundiais equivalentes às de uma guerra nuclear, segundo levantamento divulgado em Londres pelo Instituto Internacional para Estudos Estratégicos (IISS). O documento adverte que, embora a Humanidade tenha começado a reconhecer a ameaça que as alterações do clima representam, ninguém assumiu um papel efetivo de liderança para tratar da questão - e não se sabe exatamente quando nem onde o problema se tornará mais grave. O instituto observa que o aquecimento global vai limitar as safras e a disponibilidade de água em todo o planeta, causando sofrimento e conflitos regionais.

Da floresta tropical à savana

Em caso de desmatamento de 40% na porção leste da Amazônia, haverá aumento de temperatura de até 4% e redução em até 24% nas chuvas durante a estação mais seca. Estudo feito pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) adverte que, além do aquecimento, a destruição da floresta pode levar ao processo de savanização, no qual o clima quente e úmido típico da Amazônia daria lugar ao clima quente e seco do Cerrado. A vegetação densa da floresta tropical não sobreviveria, sendo substituída pela savana.



Nós entramos em contato com as várias forças da vida quando caminhamos sob a chuva suave, subimos numa árvore, andamos de bicicleta ao vento. A exortação é da psicóloga Angélica Rodrigues Santos: “Que tal refazer sua energia na natureza, ao invés de precisar consumir mais comida, remédios e energéticos, e assim produzir mais lixo?”

Pressão alta e diabetes

Pesquisa da Universidade de Sydney, na Austrália, mostra que pessoas portadoras de diabetes deveriam tomar medicamento contra pressão alta uma vez por dia para evitar complicações médicas. Os pacientes teriam, de acordo com o estudo, maiores possibilidades de prolongar a vida, reduzindo, por exemplo, riscos de ataques cardíacos e derrames. A pesquisa acompanhou 11 mil pessoas com diabetes tipo 2 durante quatro anos e meio.

BRASILEIROS SEDENTÁRIOS - Metade dos brasileiros não pratica atividade física, conclui pesquisa da Sociedade Brasileira de Cardiologia (SBC), divulgada pela *Folha de S. Paulo*. Dos 18 aos 24 anos, 39% dos brasileiros não fazem exercícios. Na faixa de 25 a 44 anos, a taxa aumenta para 50%, chegando a 53% entre os de 45 a 59 anos. O maior índice de sedentarismo (57%) se encontra entre os idosos de 60 a 70 anos. O sedentarismo, associado a uma dieta inadequada, é apontado como o principal fator de risco para as doenças cardiovasculares, que matam 300 mil pessoas por ano no Brasil.

Frases

“Clima de Fla-Flu. Um clássico onde tudo pode acontecer”

Renato Casagrande, um dos relatores do processo contra Renan Calheiros, presidente do Senado, antes do início da votação, em sessão secreta.

“Vamos cumprir o que determina o Supremo. Mas há uma interferência. Imaginem se os senadores pedissem para ouvir uma sessão secreta do Supremo”

Efraim Moraes, criticando a decisão do STF de permitir que 13 deputados assistissem à sessão secreta.

“Depois de ter ganho ontem, seria extremamente positivo que vossa excelência renunciasse à Presidência do Senado”

Cristovam Buarque, a Renan Calheiros, durante sessão na quinta-feira passada.

“Estamos numa democracia. A democracia permite gestos como o de vossa excelência”

Renan Calheiros, em resposta a Cristovam Buarque.

“Seis senadores deram uma de Pilatos. Com essas abstenções teríamos 41 votos pela cassação. Todo mundo vai pagar por essa votação equivocada”

Demostenes Torres, ao criticar as seis abstenções durante a votação secreta.

“A abstenção é o pior dos mundos. O voto contra e o voto a favor são respeitáveis”

Tião Viana, idem.

“O eleitor deve saber o que acontece e é lamentável que as sessões sejam secretas”

Aloizio Mercadante, ao defender que todo e qualquer voto no Legislativo seja aberto.

“Voltaremos à normalidade. Já passamos por muitas trombadas e conseguimos recompor”

Roseana Sarney, ao comentar anúncio do DEM e do PSDB de promover uma “obstrução seletiva” das votações em Plenário caso Renan Calheiros não se licencie da Presidência do Senado.

Terceira idade e saúde na TV Senado

A produção do programa *Inclusão*, da TV Senado, viajou até o Rio de Janeiro, cidade que tem o maior número de idosos do país, para mostrar quais são os hábitos saudáveis que mantêm em forma o carioca da terceira idade.

Copacabana reúne a maior concentração de idosos na cidade, entre eles celebridades como a atriz e comediantes Dercy Gonçalves, que chegou aos 102 anos lúcida, com vitalidade e muita irreverência. Em entrevista exclusiva ao *Inclusão*, Dercy revelou o segredo para ter uma vida longa e com qualidade.

O programa vai mostrar o que o brasileiro deve fazer para

chegar à terceira idade com saúde, humor e disposição. Vai também tratar da eficácia das leis nacionais voltadas à proteção do idoso contra abusos, maus-tratos e abandono, e dar idéias, dicas e sugestões para evitar depressão e solidão com a chegada da terceira idade.

Existem hoje no país mais de 18 milhões de idosos. A cada ano, mais de 650 mil pessoas ultrapassam a faixa dos 60 anos. Segundo estimativa do IBGE, em 30 anos o Brasil terá a quinta maior população idosa do mundo.

O *Inclusão* vai ao ar neste sábado (22), às 11h30, com reprise às 22h30.

Rádio trata dos efeitos da chamada MP do Sacoleiro

O governo enviou ao Congresso Nacional medida provisória que institui o Regime de Tributação Unificada (RTU) na importação, por via terrestre, de mercadorias originárias do Paraguai. Conhecida como MP do Sacoleiro, ela estabelece uma taxa única de importação de produtos do país vizinho.

A proposta está na Câmara dos Deputados e em seguida será analisada pelo Senado. Mas

o assunto tem gerado polêmica entre empresários, políticos e outros setores da sociedade. Alguns temem que a medida prejudique o combate à pirataria e aumente a concorrência desleal.

A Rádio Senado discute os desdobramentos da MP, entre eles as mudanças na vida do microempresário e dos que vivem desse tipo de comércio, no *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia.



A comediantes Dercy Gonçalves, com 102 anos, revela em entrevista exclusiva o segredo para uma vida longa

Arrecadação e gastos governamentais

Prorrogação da CPMF, reforma tributária, guerra fiscal e excesso de gastos do governo. Esses são os temas do *Senado Economia*, que a Rádio Senado apresenta nesta segunda-feira, às 8h30.

Os assuntos vão ser tratados em entrevista com um especialista brasileiro nessas questões: o ex-secretário da Receita Federal e ex-secretário de Fazenda do Distrito Federal Everardo Maciel.

Terceirização e contrato temporário no setor público

A terceirização e a contratação temporária de pessoal no serviço público vão ser debatidos no *Fique por Dentro da Lei* - nesta terça-feira, às 8h30, na Rádio Senado - com a procuradora-geral do MP junto ao Tribunal de Contas da União, Cláudia Fernanda, e o procurador do Ministério Público do Trabalho, Valdir Pereira. Eles vão tratar ainda das principais irregularidades nessas contratações e do que pode acontecer àqueles que renovam contratos temporários sem respeitar o requisito da emergência.

Rádio Senado

TODOS OS DIAS

6h - Matinas
7h55 - Cidadania Dia-a-dia
21h50 - Cidadania Dia-a-dia (reprise)

DE SEGUNDA A SEXTA-FEIRA

7h - Crônicas Musicais
7h10 - Música e Informação
8h - Senado Notícias
8h30 - Plenário em Destaque
19h - Voz do Brasil
19h30 - Jornal do Senado
20h - Música e Informação
21h - Crônicas Musicais (reprise)
21h10 - Música e Informação
22h - Senado Notícias
24h - Música e Informação

DE SEGUNDA A QUINTA-FEIRA

14h - Plenário (ao vivo)

DE TERÇA A SEXTA-FEIRA

9h - Senado Repórter
10h - Comissões (ao vivo)
13h40 - Senado Notícias

SÁBADO E DOMINGO

7h - Música e Informação
9h30 - Música e Informação
21h - 180 Anos do Senado
22h - Música e Informação

SEGUNDA-FEIRA

9h - Senado Resumo
10h - Senado Notícias (reprise)
11h - Senado Resumo (reprise)
12h - Conexão Senado
13h40 - Senado Notícias
23h - Brasil Regional (reprise)

TERÇA-FEIRA

23h - Jazz & Tal (reprise)

QUARTA-FEIRA

23h - Música do Brasil (reprise)

QUINTA-FEIRA

23h - Escala Brasileira (reprise)

SEXTA-FEIRA

9h - Plenário (ao vivo)
12h - Música e Informação
13h40 - Senado Notícias
14h - Música e Informação
18h - Senado Resumo
20h - Reportagem Especial
23h - Improviso Jazz (reprise)

SÁBADO

8h - Encontros com a Música Brasileira
9h - Prosa e Verso
10h - Especial (reprise)
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo (reprise)
13h40 - Música e Informação
15h - Autores e Livros
16h - Música do Brasil
17h - Música e Informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo (reprise)
20h - Escala Brasileira

DOMINGO

8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
11h - Música do Brasil
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso
17h - Reportagem Especial (reprise)
18h - Encontros com a Música Brasileira (reprise)
20h - Jazz & Tal

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas

ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG

INTERNET
No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player

ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

TV Senado

SEGUNDA-FEIRA

1h - Leituras
1h30 - Conversa de músico
2h - Especiais
3h - Inclusão/Diplomacia
4h - Cidadania Debate
5h - Cidadania Entrevista
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Leituras
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Diplomacia/Inclusão
9h - Parlamento Brasil
9h30 - Alô Senado
10h - Especial/Comissões
12h - Cidadania Entrevista
12h30 - Direto do Cafezinho
13h - Cidadania Debate
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

TERÇA A QUINTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Alô Senado ou Leituras
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Direto do Cafezinho
9h30 - Comissões (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Plenário (ao vivo)
18h30 - Senado Agora
18h45 - Direto do Cafezinho/Comissões (ao vivo)
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões

SEXTA-FEIRA

1h - Plenário (reapresentação) ou Comissões (reapresentação)/Cidadania
5h30 - Parlamento Brasil
6h - Cidadania Debate
7h - Direto do Cafezinho
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Direto do Cafezinho
8h15 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
8h30 - Direto do Cafezinho
8h45 - Senado Informa/Aconteceu no Senado
9h - Plenário (ao vivo)
13h45 - Senado Agora (ao vivo)
14h - Comissões (inéditas) ou reapresentação
18h45 - Direto do Cafezinho
19h - Cidadania Debate
20h - Direto do Cafezinho
20h30 - Cidadania Entrevista
21h - Jornal do Senado Federal
21h30 - Plenário (reapresentação)/Comissões (inéditas)

SÁBADO - 15.9.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras - Luis Ruffato
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Eco Senado
4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado
7h15 - Eco Senado
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional-Hecho a Mano
9h30 - Leituras (reprise)
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? Carmina Burana - 2ª parte
Solistas: Thomas Allen; Frank Lopardo; Shin-yu Kai
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Inclusão - Trabalhadores do Brasil
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Eco Senado
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira - O pão nosso de cada dia
16h30 - Especial
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras (reprise)
20h30 - Especial
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Salão Nobre
22h30 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - última parte

DOMINGO - 16.9.2007

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Eco Senado
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Leituras - Luis Ruffato
4h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional - América do Sul Hoje
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras (reprise)
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? - Carmina Burana - 2ª parte. Solistas: Thomas Allen; Frank Lopardo; Shin-yu Kai
11h - Alô Senado
11h15 - Eco Senado
11h30 - Especial
12h - Repórter Senado
12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural - O Século de Stanislavski - última parte
15h30 - Mesa Brasileira - O pão nosso de cada dia
16h30 - Diplomacia
17h30 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras (reprise)
21h - Mesa Brasileira - O pão nosso de cada dia
22h - Especial
23h - Parlamento Brasil
23h30 - De coração - Acupuntura e medicina oriental
24h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

Como sintonizar

TV A CABO

NET, TVA e Video Cabo

TV POR ASSINATURA

Sky (canal 96), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF

João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (51), Salvador (53), Recife (55) e Manaus (57).

ANTENA PARABÓLICA

Sistema analógico:

Satélite - B1

Transponder - 11 A2 Polarização: Horizontal

Frequência - 4.130 MHz

Sistema digital:

Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical

Frequência - 3.644,4 MHz

Frequência (Banda - L) -

1.505,75 MHz

Antena - 3,6 m

PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio

Digital NTSC MPEG-2 DVB

Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - 3/4

RESENHA

Uma importante biografia do Barão de Penedo

ALEXANDRE GUIMARÃES

Um diplomata na corte da Inglaterra, de Renato Mendonça, publicado como volume 74 das Edições do Senado Federal, é importante biografia de um dos mais relevantes políticos e diplomatas do Segundo Império, o Barão de Penedo.

Francisco Inácio de Carvalho Moreira nasceu no início do século 19, em Penedo (AL), uma das cidades mais antigas do país – fundada por Duarte Coelho em 1535. Aos 24 anos, formou-se pela Faculdade de Direito de São Paulo. Em 1848, o então já influente advogado Carvalho Moreira era eleito deputado; logo, em 1852, foi designado por dom Pedro II diplomata em Washington, onde lutou contra as pressões para a abertura do rio Amazonas à navegação internacional.

Apesar de sua atuação nos Estados Unidos, foi após sua transferência para Londres, onde serviria basicamente entre 1855 e 1889, que Carvalho Moreira entraria para a história,

sendo o responsável pela defesa do Brasil, primeiramente, na chamada Questão Christie, junto ao governo inglês, e, uma década depois, na Questão Religiosa, junto à Santa Sé.

Na primeira, fruto de incidentes entre Brasil e Grã-Bretanha, especialmente exagerados pela inábil atuação do embaixador britânico no Brasil, William Dougal Christie. Carvalho Moreira, não vendo atendidas suas argumentações, pediu seus passaportes, rompendo as relações com o governo britânico em 1863. Sua atitude lhe rendeu o título de Barão de Penedo no ano seguinte e a questão foi para o arbitramento internacional do rei Leopoldo I da Bélgica, que definiu pelo Brasil.

O livro é obra de ampla pesquisa histórica nos acervos do Itamaraty feita pelo diplomata Renato Mendonça. Pode ser descrito como uma das melhores obras em termos de qualidade de pesquisa e de valor histórico dentre todas as publicadas pelo Senado Federal.



REPRODUÇÃO

Alexandre Guimarães é consultor legislativo do Senado. O livro *Um diplomata na corte da Inglaterra*, de Renato Mendonça, volume 74 das Edições do Senado Federal, pode ser adquirido por R\$ 20. Mais informações podem ser obtidas pelo e-mail livros@senado.gov.br ou pelo telefone (61) 3311-4755.

SENADO

Interlegis e ILB assinam convênios em Manaus

As medidas implantadas pelo Senado para facilitar a acessibilidade das pessoas com deficiência e valorizar esse segmento vêm sendo adotadas pelas assembleias legislativas de diversos estados.

Com esse objetivo, o 1º secretário do Senado e diretor nacional do Programa Interlegis – Comunidade Virtual do Poder Legislativo, senador Efraim Moraes (DEM-PB), assinou convênio com a Assembleia Legislativa do Amazonas durante o Seminário Interlegis Região Norte, na última quinta-feira, em Manaus. O evento contou com a presença do governador do Amazonas, Eduardo Braga, e de prefeitos e vereadores de municípios do estado.

No evento, Efraim disse que “uma sociedade que exclui os seus portadores de deficiência, por desinteresse ou negligência,



EDMAR PERRONE/A-LEGISLATIVA-AM

Efraim faz apresentação durante o Seminário Interlegis Região Norte e assina parcerias nas áreas de acessibilidade e educação

não é justa, nem democrática”.

O seminário incluiu palestras sobre responsabilidade ambiental e riqueza mineral, e ecoturismo.

O senador também assinou um acordo na área de educação entre

o Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) e a Câmara Municipal de Manaus, visitou as instalações da escola do Legislativo municipal e fez doações de obras do Senado Federal para a biblioteca da instituição.

Agência Senado lança nova página na internet

Ao atingir a marca de um milhão de acessos por mês, a Agência Senado, em funcionamento há mais de dez anos, lança nesta segunda-feira a sua nova página na internet. O endereço continua sendo www.senado.gov.br/agencia.

O objetivo do novo projeto, desenvolvido por técnicos e jornalistas da própria agência,

é proporcionar aos internautas acesso mais fácil e rápido às informações sobre o processo legislativo do Senado.

Segundo a diretora da Agência, Valéria Ribeiro, além de um *layout* mais leve, a nova página dá maior visibilidade ao sistema de busca e ao banco de notícias, dispõe as matérias por horário de implantação e

avança em termos de navegabilidade.

– Facilidade de busca e de leitura, agilidade, dinamismo e oferta de recursos multimídia foram os conceitos que nortearam a renovação – disse a diretora, para quem a agência reforça “seu compromisso com a democracia, a transparência e a credibilidade”.

Arquivo aberto

Em 21 de setembro de 1922, há 85 anos, ocorreu a primeira transmissão de rádio no Brasil. No ano de comemoração do I Centenário da Independência, durante uma feira internacional no Rio de Janeiro, empresários americanos apresentaram a tecnologia da radiodifusão. Como teste, foi instalada uma antena no morro do Corcovado. Um ano depois, Roquete Pinto fundou a primeira emissora de rádio no Brasil. Em 25 de setembro de 2001, o senador Romeu Tuma lembrou que o pai da radiodifusão brasileira



ROOSEVELT PINHEIRO

“vislumbrou no rádio um importante fator de integração e educação no

Brasil, dadas as nossas dimensões continentais”.

Há 10 anos – Em 23 de setembro de 1997, foi instituído o Código de Trânsito Brasileiro (Lei 9.503/97). “Por muitos anos essa questão estava paralisada, sem uma lei que pudesse evitar as mortes que estavam acontecendo”, disse o senador Mauro Miranda em 20 de janeiro de 1998. Em 9 de novembro de 2001, a Rádio Senado transmitiu discurso em que o senador Edison Lobão defendeu mudanças no código: “Caso bem típico é o descompasso entre a capacidade de pagamento da população e as multas estabelecidas. Enquanto em todo o país os órgãos de trânsito festejam a fabulosa arrecadação oriunda das infrações, o valor das multas, de tão alto, supera o orçamento da grande maioria dos infratores”.

Há 110 anos – Em 22 de setembro de 1897, morreu Antônio Conselheiro, líder de Canudos, onde ocorreu a que é considerada a maior guerra civil do início da República brasileira. Em 2000, o primeiro programa da série “Século XX no Brasil 500 Anos”, da Rádio Senado, destacou momentos marcantes da vida do missionário, que “era sobrevivente de uma guerra de famílias no Ceará da primeira metade do século, e um revoltado contra as oligarquias rurais do Nordeste”. A senadora Benedita da Silva, em 26 de novembro de 1996, lembrou que “Conselheiro teve muitas profissões até largar tudo na vida e se tornar um andarilho e pregador, percorrendo os sertões do Ceará, Pernambuco, Sergipe e Bahia” e após a morte “teve seu corpo exumado e a cabeça decepada a faca para que a ciência dissesse a última palavra”.

Coluna produzida pelo Serviço de Pesquisas Jornalísticas do Cedoc Multimídia

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Weiller Diniz
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editor-chefe: Valter Gonçalves Júnior
Edição: Djalba Lima, Edson de Almeida, Flávio Faria, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Suely Bastos.
Reportagem: Cíntia Sasse, João Carlos Teixeira, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquêas D. de Moraes
Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Cirilo Quartim e Leif Bessa
Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado
Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa,

Davi Emerich e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670
Edição: Rafael Faria e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137
Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Assistência social é dever do Estado

O benefício de prestação continuada (BPC) atende à determinação da Constituição federal de que o Estado assista à pessoa com deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de se sustentar por si mesmos ou com a ajuda da família. Em 2006, R\$ 9,67 bilhões foram usados para assistir 2,76 milhões de pessoas, compreendendo aquelas que ainda

recebem a renda vitalícia prevista na legislação anterior e as que são assistidas dentro das regras atuais.

Os recursos vêm do Fundo Nacional de Assistência Social e o programa é gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e executado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Veja nesta edição quem tem direito e como requerer o BPC.

Benefício de prestação continuada

O BPC é um amparo assistencial, no valor de um salário mínimo, pago ao idoso e à pessoa com deficiência que não têm condições de se sustentar.

Inicialmente o BPC era vitalício, mas com a entrada em vigor da Lei Orgânica da Assistência Social, em 1993, o direito ao benefício termina se a família adquire condições de cuidar do assistido ou se ele próprio

passa a ser capaz de prover o seu sustento. Por essa razão, o BPC deve ser revisto a cada dois anos e pode ser suspenso caso se comprove, por exemplo, que a família melhorou sua renda e já pode cuidar do beneficiário, ou que ele mesmo já pode trabalhar normalmente.

O BPC é intransferível e cessa com a morte do beneficiário, não gerando direito a pensão para

herdeiros ou sucessores. Também não é pago 13º salário.

As denúncias sobre eventuais irregularidades na concessão ou no recebimento do benefício devem ser encaminhadas, preferencialmente, ao Ministério Público, ao qual cabe, pela lei, zelar pelo respeito aos direitos dos idosos e pessoas com deficiência e também pelo uso correto do dinheiro público.

Exigências para solicitar o BPC

- ① Para o idoso: idade mínima de 65 anos e comprovação de que não dispõe de renda suficiente para manter-se.
- ② Para a pessoa com deficiência: parecer de médico perito do INSS comprovando deficiência física ou mental ou ainda doença mental que impeça a

pessoa de trabalhar e ter vida independente.

③ Renda mensal da família do idoso ou da pessoa com deficiência: inferior a um quarto do salário mínimo vigente na data do requerimento - hoje, R\$ 95.

④ Não estar recebendo benefício da Previdência Social ou

de qualquer outro regime previdenciário.

⑤ A pessoa com deficiência e o idoso internados em clínica psiquiátrica, asilo ou hospital também têm direito ao benefício.

⑥ Não é necessário ter contribuído para a Previdência.

Onde e como requerer

O BPC deve ser requerido junto à agência do INSS mais próxima à residência do solicitante. São exigidos os seguintes documentos:

- ✓ Identidade (carteira de identidade ou de trabalho) do solicitante e dos seus familiares
- ✓ Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- ✓ Comprovante de residência
- ✓ Certidão de nascimento ou casamento
- ✓ Comprovantes de renda das pessoas da família
- ✓ Número de Identificação do

Trabalhador (NIT), PIS/Pasep ou número de inscrição do contribuinte individual/doméstico/facultativo/trabalhador rural, se possuir

✓ Tutela, no caso de menores de 21 anos filhos de pais falecidos ou desaparecidos

Representante legal (se for o caso)

- ✓ Cadastro de Pessoa Física (CPF)
- ✓ Documento de identificação
- ✓ Documentos que comprovem responsabilidade por menores (tutela e curatela), se for o caso

Formulários

✓ Requerimento de Benefício Assistencial

✓ Declaração sobre a Composição do Grupo e da Renda Familiar do Idoso e da Pessoa Portadora de Deficiência

✓ Procuração (se for o caso), acompanhada de identidade e CPF do procurador.

Esses formulários podem ser obtidos em agência do INSS ou pela internet (ment2.dataprev.gov.br/PREVFacil/PREVDoc/BENEF/pg_internet/iben_visudoc.asp?id_doc=2)

Interdição judicial não é necessária

De acordo com a lei, a pessoa incapacitada para a vida independente e para o trabalho é aquela que precisa de ajuda para sustentar-se financeiramente. Isso não significa, no entanto, que ela seja totalmente incapaz de tomar decisões, que não possa ter uma conta no banco, sair sozinha etc. A grande maioria dos idosos e das pessoas com deficiência, mesmo quando incapacitadas para o trabalho, pode ter uma vida normal em muitos

outros aspectos. E é apenas a capacidade ou não para o trabalho que deve ser analisada pelos peritos do INSS.

Assim, para ter acesso ao BPC não é necessário que a pessoa seja interdita. Isso é, inclusive, objeto de norma interna do INSS (Memorando-circular INSS-Dirben nº 9 de 23/2/2006). A interdição - e a conseqüente curatela - é uma medida extrema, só recomendada quando a pessoa não tem a menor condição de exercer

qualquer dos seus direitos e quando está em uma situação extrema de incapacidade. Para os casos em que é preciso proteger a pessoa, sem, no entanto, tolher todos os seus direitos, a lei prevê a interdição parcial, em que o juiz determina que o interdito está apto a exercer plenamente seus direitos civis, à exceção de alguns. Em casos extremos, a interdição pode ser necessária, mas deve ser usada como um recurso excepcional.



Renda da família inclui todo tipo de pagamento recebido

O INSS soma a renda de todos, inclusive a do solicitante, e divide o total pelo número de pessoas da família. Todo e qualquer recebimento é considerado - salários, rendimentos de autônomo, prestação ou venda de bens e serviços, aluguéis, pensões etc. À exceção de benefício pago a outro membro idoso da família, todos os outros são computados para o cálculo da renda familiar (Bolsa Família,

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil etc.).

O benefício pode ser pago a mais de um membro da família, desde que comprovadas todas as condições exigidas. São considerados membros da família as pessoas que vivem sob o mesmo teto, desde que sejam: cônjuge, companheiro (a), pais, filhos ou irmãos menores de 21 anos (não emancipados) e filhos ou irmãos inválidos do solicitante.

Saiba mais

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
Esplanada dos Ministérios, Bloco C, 5º andar
Brasília (DF) - CEP 70046-900
0800 707-2003

Instituto Nacional do Seguro Social (INSS)
Esplanada dos Ministérios, bloco F - Brasília (DF)
CEP 70059-900
(61) 3317-5000

Telefone da Central de Atendimento: 135
Pesquise na internet a agência mais próxima:
www.inss.gov.br/pg_secundarias/atendimento.asp

Projetos de lei
PLS 27/06 - Estende aos beneficiários do BPC o direito de contratar empréstimo consignado em folha de

pagamento. Autor: senador Paulo Paim (PT-RS).

PLS 334/05 - Desconsidera os ganhos provenientes do BPC recebidos por um membro da família no cálculo da renda mensal familiar para concessão do benefício a outro integrante. Autor: senador Flávio Arns (PT-PR).

PLS 179/04 - Exclui a aposentadoria no valor de um salário mínimo do cálculo da renda mensal familiar para concessão do BPC. Autor: senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Além dos projetos de iniciativa dos senadores, outros 21 foram apresentados à Câmara dos Deputados só em 2007. Veja todos pesquisando na página: www2.camara.gov.br/proposicoes